

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Carmen Regina Lima de Mendonça Araujo

GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estudo de caso na biblioteca jurídica do
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2014

Carmen Regina Lima de Mendonça Araujo

GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estudo de caso na biblioteca jurídica do
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora Orientadora: Dra. Jeniffer
Alves Cuty

Porto Alegre
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Profa. Mestre Gloria Isabel Sattamini Ferreira

Coordenadora Substituta: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

CIP - Catalogação na Publicação

Araujo, Carmen Regina Lima de Mendonça

Gestão e Educação Ambiental: estudo de caso na biblioteca jurídica do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul / Carmen Regina Lima de Mendonça Araujo. -- 2014.

75 f.

Orientadora: Jeniffer Alves Cuty.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Gestão Ambiental. 2. Educação Ambiental. 3. Biblioteca Jurídica. I. Cuty, Jeniffer Alves, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pela autora.

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana - Porto Alegre/RS

CEP: 90035-007

Telefone: (051) 3316-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

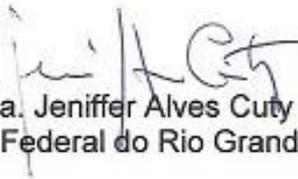
Carmen Regina Lima de Mendonça Araujo

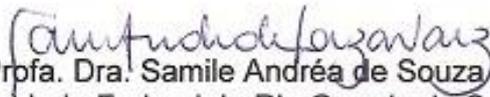
**GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estudo de caso na biblioteca jurídica do
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**

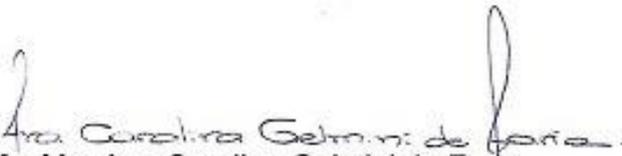
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como pré-requisito para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia, pelo
Departamento de Ciências da Informação, da
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação,
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 02 de DEZEMBRO de 2014.

Banca examinadora:


Prof. Dra. Jeniffer Alves Cuty (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)


Prof. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)


Prof. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a equipe da biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS, que me propiciou o primeiro estágio em biblioteca universitária. Foram dois anos de muita alegria e aprendizado. Abraço a todos queridos amigos.

Agradeço a equipe da biblioteca do Tribunal de Justiça RS, que me propiciou novas experiências nos serviços biblioteconômicos, e o mais importante de tudo, com muita generosidade cooperaram para realização do meu TCC. Obrigada, abraço a todos queridos amigos.

Agradeço a querida Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty, que orientou meus passos com competência e delicadeza. Obrigada por dispor seu tempo e conhecimento em prol de minha pesquisa. Abraço!

Família... amo vocês!

RESUMO

De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O objetivo desse estudo é descobrir se há compreensão e apropriação dos funcionários da biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre o tema gestão ambiental, levando-os a fazer um uso mais racional e produtivo de recursos e insumos, assim reduzindo custos e a geração de materiais poluentes. Apresenta conceitos que ajudam a entender que a participação das pessoas neste momento é fundamental, para o futuro do meio ambiente que será herdado pelas gerações futuras. Para promover o desenvolvimento sustentável, a educação é a ferramenta primordial, pois melhora a capacidade das pessoas entenderem os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. A gestão ambiental é o conjunto de atividades que vão garantir o desenvolvimento sustentável, que é o desenvolvimento que supre as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. O referencial teórico está embasado em autores recorrentes nos temas sobre educação ambiental, gestão ambiental, gestão ambiental nas empresas e responsabilidade social. A metodologia utilizada para realização desta pesquisa aplicada é o de estudo de caso com abordagem qualitativa. Como instrumentos de coletas de dados utiliza a observação participante, análise de documentos e entrevista semiestruturada que teve como sujeitos participativos os servidores e estagiários que atuam na biblioteca jurídica do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa fica evidente que a instituição valoriza muito pouco a participação dos funcionários nos programas educacionais, quando não oferece a efetiva inclusão da educação ambiental como instrumento da gestão ambiental. As atividades de cursos e treinamento são limitadas e bem pontuais, geralmente acontecem na semana do meio ambiente resumindo-se a palestras na semana do meio ambiente.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Educação Ambiental. Biblioteca Jurídica.

ABSTRACT

According to the Brazilian Federal Constitution of 1988, everyone has the right to an ecologically balanced environment and of common use and essential to a healthy quality of life, imposing both the Government and the community the duty to defend it and preserve it does for present and future generations. The aim of this study is to find out if there is understanding and ownership of the library staff of the Court of Rio Grande do Sul on the environmental management theme, leading them to make a more rational and productive use of resources and inputs, thereby reducing costs and generating polluting materials. Presents concepts that help to understand that the participation of people at this time is crucial for the future of the environment that will be inherited by future generations. To promote sustainable development, education is the primary tool because it improves people's ability to understand the environmental and development problems. Environmental management is the set of activities that will ensure sustainable development, that is development that meets current needs without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The theoretical framework is grounded in recurrent authors on the themes of environmental education, environmental management, environmental management in enterprises and social responsibility. The methodology used to carry out this applied research is a case study with a qualitative approach. As data collection instruments used participant observation, document analysis and semi-structured interview that was to participating subjects servers and interns who work in the law library of the Court of Rio Grande do Sul. In this research it is evident that the institution places great value little employee participation in educational programs, when does not offer the effective inclusion of environmental education as an instrument of environmental management. The courses and training activities are limited and well-off, usually happen in the environment week summarizing the talks in the week of the environment.

Keywords: Environmental Management. Environmental Education. Law Library.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAGE	Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
CEPRAM	Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EA	Educação Ambiental
ECOJUS	Programa de Proteção e Educação Ambiental e Responsabilidade Social do Poder Judiciário do RS
GA	Gestão Ambiental
ICC	Câmara de Comércio Internacional
JUS	Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NBR ISO	Norma brasileira para Sistema de Gestão de Qualidade
ONG	Organização Não Governamental
ONUBR	Organização das Nações Unidas - Brasil
PJ	Poder Judiciário
PNUMA	Programa das Nações para o Meio Ambiente
PROCERGS	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
TJRS	Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	13
2.2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	15
2.3	GESTÃO AMBIENTAL	22
2.3.1	Programa de gestão ambiental nas empresas	24
2.3.2	Responsabilidade sócio ambiental	27
3	METODOLOGIA	31
3.1	TIPO DE ESTUDO	31
3.2	OBJETO DE ESTUDO E SUJEITO	32
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	33
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	36
4.1	DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O JUS-SGA	36
4.2	A BIBLIOTECA – OBJETO DE ESTUDO	44
4.3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	72
	ANEXO A - Termo de Consentimento Informado	75

1 INTRODUÇÃO

Para que as gerações futuras desfrutem dos mesmos recursos naturais existentes hoje é preciso antes, pensar no presente. A preservação ecológica equilibrada depende da maneira como a sociedade vem usando e se relacionando com o espaço em que vive: uma integração entre o espaço natural e o espaço social, combinando bem estar humano e ecológico.

A questão ambiental tornou-se nas últimas trinta décadas do século XX uma preocupação real, política e acadêmica, alcançando o interesse dos governos, ONG's, empreendedorismo e a sociedade em geral. O que motivou o interesse desses grupos no assunto foi certamente a crescente degradação, poluição e perda das fontes de recursos naturais.

Assim, surge a necessidade de criar meios para restabelecer o equilíbrio entre o homem e seu ambiente, um relacionamento saudável entre progresso econômico, a natureza e a equidade social.

A gestão ambiental tornou-se instrumento significativo na concretização de ações relativas à sustentabilidade econômica e socioambiental. A incorporação das práticas de gestão ambiental envolve atividades de planejamento e de organização desta variável, com a finalidade de atingir metas ecológicas específicas. Por isso, tais ações de responsabilidade socioambiental contribuem para reduzir os impactos ambientais provocados pelas atividades que prestam serviços, ampliando os benefícios para atingir a sustentabilidade. “A gestão enquanto ação socioambiental sustentável é uma prática exigida das organizações, requerendo nova atitude dos seus atores, que necessitam adequarem-se a uma série de instrumentos, [...]”. (SCHOSSLER; MORIGI, 2011, p. 20).

A palavra sustentabilidade remete o pensamento ao meio ambiente. Um termo relacionado ao desenvolvimento econômico e material que, de forma racional, possa garantir também às gerações futuras, o uso dos recursos naturais.

Com a crise ambiental as ações dos profissionais são portadoras de instrumentalidade ao passo em que eles utilizam, criam, adéquam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades.

A degradação ecológica introjeta a flecha do tempo como caminho inexorável para a morte entrópica do planeta, desvelando o caráter antinatural da racionalidade econômica; revela as estratégias fatais desse espetáculo sem limites que manifesta seu caráter autodestrutivo e incontrolável por sua inelutável inércia para a catástrofe. Mas também anuncia a possibilidade de construir outra racionalidade social, fundada na auto-organização da matéria, na produtividade da natureza e na criatividade dos povos. (LEFF, 2007, p. 406-407)

A biblioteca, como qualquer outro empreendimento, é consumidora de recursos naturais e geradora de poluição e, portanto, deve ser orientada por ferramentas de gestão que possam reduzir ou até eliminar os efeitos danosos ao ambiente natural.

Como objeto de estudo foi escolhida a Biblioteca do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, por estar inserida em uma organização que possui um Sistema de Gestão Ambiental institucional e a autora é participante da rotina de trabalho como estagiária.

Partindo da observação das rotinas de trabalhos na biblioteca, que será objeto de estudo desse trabalho, pode-se identificar que as principais fontes de consumo e geração de resíduos ficam por conta do consumo de energia elétrica, de lâmpadas fluorescentes, papel e de cartuchos de impressoras/fotocopiadoras.

Figueiredo (1996), comenta que os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) estão voltados para o contexto do homem em seu habitat. No âmbito desta abordagem, identificamos o SGA como sendo uma atividade integrada de forma que, para termos uma performance ambiental dentro dos padrões estabelecidos para a legislação relativa ao meio ambiente, deve-se atender basicamente os seguintes princípios:

- a) treinar os funcionários, a fim de assegurar o perfeito entrosamento ao longo do processo;
- b) manter vigilância nos sistemas, permitindo o trabalho em condições seguras;
- c) manter o ambiente limpo e seguro, garantindo a saúde dos profissionais;
- d) minimizar impacto ambiental, desenvolvendo atividades visando eliminar ou minimizar os desperdícios de materiais naturais ou industrializados;
- e) revisar o Sistema de Gestão Ambiental. (FIGUEIREDO, 1996, p. 33-34).

Para se adequar a construção de uma nova racionalidade social é fundamental que a biblioteca, como instituição social que é, imprima em suas atividades de rotina os princípios do desenvolvimento sustentável, efetivamente

implementando os projetos de gestão ambiental da instituição e sugerindo outros de particular interesse a seu ambiente de trabalho. Deve também levar em conta a preocupação com o meio ambiente, a responsabilidade sócio ambiental, a qualidade de vida e o impacto que os serviços causam na natureza.

Portanto, este trabalho se justifica pela necessidade de compreender como, partindo de um modelo de gestão ambiental implementado pela instituição, acontece a interpretação e adaptação das práticas ambientalmente corretas e apropriadas para cada departamento específico, aqui, no caso, a biblioteca.

Assim, a presente pesquisa se propõe a examinar, sob a ótica dos sujeitos que atuam cotidianamente na biblioteca, sendo eles funcionários, os processos de trabalho utilizados pelo *locus* de pesquisa, determinando aqueles que são geradores de resíduos, ou que demandam um consumo maior dos insumos utilizados (água, energia elétrica, papel e toner). A partir de então, busca-se debater em quais aspectos esses processos podem ser melhorados através da introdução de novas técnicas e tecnologias, bem como do treinamento e conscientização das pessoas envolvidas.

Então, diante do exposto, pretende-se responder a seguinte questão que instiga essa pesquisa: **quais as formas de apropriação dos sujeitos da biblioteca frente a uma política de Gestão Ambiental proposta pela instituição na qual ela está inserida e como essa apropriação se reflete no cotidiano institucional?**

O presente estudo discorre sobre os temas de Gestão Ambiental, seu principal instrumento de conscientização para as questões ambientais que é a Educação Ambiental, a importância de instituir um Sistema de Gestão Ambiental para sistematizar as atividades e algumas breves considerações sobre sustentabilidade e responsabilidade social.

Trata-se de uma observação com o intuito de recolher e registrar fatos da realidade social sobre a pesquisa, portanto, o método escolhido para realização dessa pesquisa aplicada é o de estudo de caso com abordagem qualitativa. Como instrumento de coleta de dados para esse estudo, as técnicas escolhidas foram: observação direta e participante, entrevista semiestruturada e análise documental.

1.1 OBJETIVOS

A fim de refletir o tema e o problema de pesquisa são propostos os seguintes objetivos:

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é descobrir se há compreensão e apropriação dos funcionários da Biblioteca do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul sobre o tema gestão ambiental.

1.1.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos desse estudo:

- a) Identificar, através do depoimento dos funcionários, práticas sustentáveis de bem comum em seu ambiente familiar e profissional;
- b) Analisar aspectos relativos ao entendimento dos funcionários quanto às estratégias da instituição como parte de um programa de Gestão Ambiental;
- c) Analisar tipos de ações praticadas no ambiente de trabalho que interferem de maneira positiva ou negativa em termos de gestão ambiental e operacional da biblioteca;

Nos próximos capítulos serão apresentadas as seguintes seções: referencial teórico que embasa e fundamenta o presente estudo, organizadas sob os títulos “O princípio do desenvolvimento sustentável”, “Educação Ambiental” e “Gestão Ambiental”; a metodologia utilizada; a análise e interpretação dos dados coletados através da observação participante, análise documental e entrevista semiestruturada e para encerrar, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem a função de nortear a pesquisa, apresentando um embasamento da literatura publicada sobre o mesmo tema, possibilitando fundamentar e dar consistência ao estudo. Ele aborda assuntos que levaram as instituições assumirem uma postura sustentável em relação às práticas de desenvolvimento de produtos e ocupação de espaços.

2.1 O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O movimento ambiental teve início no século XIX, como uma resposta à industrialização e ao temor a um tipo de poluição radioativa, decorrente da Segunda Guerra Mundial. Neste momento já chamavam atenção os versos onde os poetas exaltavam as belezas da natureza.

Ganhou novo impulso em 1962 com a publicação do livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos. Cientista e escritora, Carson destacou a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente. (ONU, 2012).

Na grande manifestação com visibilidade para as consequências da economia sobre o meio ambiente “[...] em 1972 na cidade de Estocolmo a ONU, através de seus representantes, se reuniu e realizou a primeira conferência para discutir o projeto sobre a sustentabilidade para a humanidade.” (MOREIRA, 2008). Um dos resultados do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pensando no meio ambiente global.

Em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, presidiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). “[...] Tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.” (DIAS, 2011, p. 41).

Porém, segundo Dias (2011, p. 41) “um dos mais importantes informes sobre a questão ambiental e desenvolvimento ainda estava por vir.” Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, **Nosso Futuro Comum** - que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o

discurso público: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.” (ONUBR, 2012).

Ficou assim definido que o conceito de sustentabilidade não mais se restringe apenas as ações para melhor utilização dos recursos naturais, mas também, ao desenvolvimento para outro padrão produtivo, político e cultural que, por intermédio da educação, deverá ser assimilado pelos indivíduos. Isso possibilitará a esses indivíduos agirem de forma a desenvolver a sustentabilidade em seu espaço individual (casa, comunidade,...), como também em lugares de convívio mais amplo (sociedades, instituições, empresas,...) em prol de um benefício comum¹. Estreita-se assim, a relação entre economia e ecologia através do desenvolvimento sustentável.

Outras reuniões aconteceram sempre com intuito de reforçar o que já havia sido deliberado e acrescentar novas perspectivas, tornando o documento cada vez mais abrangente para construção de uma sociedade mais sustentável.

Realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92 constituiu-se no mais importante e conhecido foro mundial realizado. Participaram desse evento chefes de estado de 179 países, que acordaram e assinaram a Declaração do Rio, e mais quatro documentos, entre eles a Agenda 21.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) brasileiro, em seu site, traduziu e definiu a Agenda 21 :

Agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (BRASIL, 1988).

¹Texto baseado em: ONUBR – Nações Unidas no Brasil. A ONU e o meio ambiente. <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>> .

Prosseguindo, Dias (2011) acrescenta que, após a realização da Conferência Rio 92, os países participantes seguem com o compromisso de implementação do Programa Agenda 21, realizando novos encontros e documentos, a fim de examinar novas questões ambientais do século XXI e adotar compromissos no sentido de contribuir mais efetivamente com os princípios do desenvolvimento sustentável. Contribuir mais efetivamente provavelmente refere-se à participação da comunidade e sua consciência para as questões ambientais.

De acordo com Leff (2007), a educação formal responsável por desenvolver mentalidades e habilidades reduziu o conhecimento ambiental a uma consciência ecológica, uma visão geral do ambiente:

A incorporação do meio ambiente à educação formal limitou-se em grande parte a internalizar os valores de conservação da natureza; os princípios do ambientalismo incorporaram-se através de uma visão das inter-relações dos sistemas ecológicos e sociais para destacar alguns dos problemas mais visíveis da degradação ambiental, como a contaminação dos recursos naturais e serviços ecológicos, o manejo do lixo e a deposição dos dejetos industriais. (LEFF, 2007, p. 243).

O capítulo 36 da Agenda 21 enfatiza que para promover o desenvolvimento sustentável, a educação é a ferramenta fundamental, pois melhora a capacidade das pessoas entenderem os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. “Desde então, o desenvolvimento sustentável tornou-se preocupação comum em todas as conferências das Nações Unidas e tem havido consenso no sentido de que educação é a força motriz para que ocorra a mudança necessária.” (UNESCO, 2005, p. 38).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Joanesburgo, no ano de 2002, proclamou para o período de 2005 a 2014, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. A educação para a sustentabilidade envolve questões ambientais, que são entendidas como processos, como relata a Lei:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

Entende-se por educação ambiental em caráter formal, a educação escolar, desenvolvida nos ambientes de ensino público ou privados, através dos seus currículos, englobando desde a educação infantil até a educação superior, educação especial, profissional e de jovens e adultos.

A educação ambiental, em caráter não-formal, é entendida como as práticas educativas que objetivam sensibilizar a coletividade e solicitar sua participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Elas podem se configurar como a difusão pelos meios de comunicação de massa, a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental, a sensibilização de instituições que estão ligadas à conservação através dos agricultores e do ecoturismo.

Conforme os Cadernos de Educação Ambiental, “[...] é a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável” bem como “[...] significa aprender a empregar novas tecnologias, aumentar a produtividade, evitar desastres ambientais, minorar os danos existentes, conhecer e utilizar novas oportunidades e tomar decisões acertadas”².

Por muito tempo, a Educação Ambiental esteve relacionada ao próprio conceito de meio ambiente, mas “[...] a prática dela requer novas formas de abordagens, integrando vários conhecimentos, não mais reduzida a um problema natural e nem restrita a uma questão social, é preciso trabalhar com a interdisciplinaridade.” (CARVALHO, 1998, p. 55).

² SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente, Gestão Ambiental, **Cadernos de Educação Ambiental**, São Paulo: SMA, 2011. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/category/cadernos-de-educacao-ambiental/page/2/>>.

A EA passou a inserir o ambiente urbano em suas considerações, promovendo a articulação entre o mundo social e o mundo natural, tendo como objetivo a formação de um cidadão consciente, capaz de agir em seu espaço de vida, bem como entendê-lo em processos interativos e interdisciplinares.

Transcender os limites de uma prática, ainda comum, exclusivamente informativa, de sensibilização ou de instrumentalização para a melhor gestão dos recursos naturais, pressupõe o conhecimento crítico da dinâmica societária e da constituição da cidadania contemporânea em um mundo globalizado.

Nessa linha de pensamento, Carvalho define que:

A Educação Ambiental ajuda o cidadão a perceber que também é parte integrante da natureza, reconhecendo a interligação de todo organismo a um ecossistema qualquer, numa relação básica e fundamental de dependência/interdependência. (CARVALHO, 1998, p. 56).

Disseminar a informação ambiental é de suma importância, mas sem a formalização da educação ambiental, ela não resultaria em mudanças de comportamentos, não geraria a consciência ambiental e muito menos sua aplicação no dia a dia. Seria como se alguém estivesse ouvindo outra pessoa falar sobre o que é certo e errado de ser fazer, sem prestar muita atenção e muito menos aprender. Nessa direção Carvalho (1998, p. 56) afirma que:

O 'fazer pelo fazer' ao invés do 'fazer consciente' não tem sustentação e acaba esmorecendo diante das primeiras dificuldades. É preciso trabalhar os valores do educando, dar-lhe motivos e posteriormente oferecer condições, para que este entenda seu papel diante da grave situação ambiental ao seu redor e possa então optar pela defesa de sua causa, assumindo de forma consciente as responsabilidades decorrentes desta escolha.

A Educação Ambiental é um processo crítico capaz de transformar e de promover no indivíduo um questionamento mais profundo sobre a realidade ambiental onde este se encontra inserido, levando-o a assumir uma nova mentalidade ecológica, pautada no respeito mútuo para com o ambiente e os que nele convivem.

A crise ambiental da modernidade provoca mudanças e nova necessidade de construir outra racionalidade social, "[...] neste sentido, a educação converte-se num processo estratégico com o propósito de formar os valores, habilidades e capacidades para orientar a transição para a sustentabilidade." (LEFF, 2007, p. 237).

Segundo Loures (2009), as primeiras ideias de sustentabilidade aparecem registradas no livro da metade do século XIX, escrito por George Perkins Marsh “**O homem e a natureza** ou **Geografia física modificada pela ação do homem**”, porém “[...] o termo “educação ambiental” não havia sido utilizado até 1965, quando em Londres, durante a Conferência de Educação da Universidade de Keele, essa abordagem foi considerada essencial na educação de todos os cidadãos.” (LOURES, 2009, p. 57-58).

A educação com o foco na sustentabilidade é hoje considerada a principal ferramenta para se conseguir uma boa qualidade de vida no futuro. Seguindo os princípios que foram delimitados pelo PNUMA (1968-1977) e divididos em objetivos e que são a base para educação ambiental:

- a) Consciência – ajudar a despertar sensibilidade nos grupos sociais para os problemas ambientais;
- b) Conhecimento – ajudar os grupos sociais através de experiências conhecerem os problemas que afetam o meio ambiente;
- c) Atitudes – ajudar os grupos sociais a adquirirem valores, sentimentos e preocupações pelo ambiente, motivando a participarem da melhoria do ambiente;
- d) Habilidades – ajudar os grupos sociais a identificarem e resolverem problemas ambientais;
- e) Participação – oportunizar aos grupos sociais serem ativamente envolvidos em trabalhos para solução de problemas ambientais.

Com a evolução dos debates em torno das questões ambientais foram se fortalecendo ideias do que seria uma educação para sustentabilidade, “[...] levando em conta as experiências da educação ambiental e a integração das considerações relativas à população, saúde, economia, desenvolvimento social e humano, paz e segurança.” (LOURES, 2009, p. 58).

O conceito de sustentabilidade vem acenando como uma garantia de sobrevivência dos seres humanos e da natureza. Entretanto, ainda paira uma incerteza quanto aos agentes que devem impulsionar as mudanças. “Parte-se da premissa fundamental do reconhecimento da insustentabilidade dos padrões de

desenvolvimentos contemporâneos, da finitude dos recursos naturais e da manutenção das injustiças sociais.” (LOURES, 2009, p. 59)

É indiscutível que o termo sustentabilidade esteja relacionado à questão ambiental, mas não é só isso: ele também está vinculada à cultura, à sociedade e ao próprio ser humano. O desenvolvimento sustentável tem um compromisso social e participativo, onde as instituições políticas, sociedade civil e outras organizações encontram espaço para desenvolver seu papel de representação política e institucional. E é indissociável da condição econômica, sendo necessária para o bom desenvolvimento e produção de serviços gerados pela economia. Grajew (2013) pontua que: “Preocupações legítimas geraram distorção no significado de “sustentabilidade”, que passou a ser associada apenas a questões ambientais.”

Embora seja um termo que vem sendo usado muito e por muitos nos últimos tempos o conceito de sustentabilidade ainda é pouco compreendido. Para Grajew³ (2013), “[...] nos últimos anos intensificou-se a discussão a respeito do aquecimento global e do esgotamento dos recursos naturais.”

Essas são preocupações legítimas e inquestionáveis, mas que dão a entender que sustentabilidade está ligada tão somente às questões do meio ambiente.

Não é só isso. A sustentabilidade está diretamente associada aos processos que podem manter-se e melhorar ao longo do tempo. A insustentabilidade comanda processos que se esgotam, não se mantêm e tendem a morrer. E isto depende não apenas das questões ambientais. São igualmente fundamentais os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. (GRAJEW, 2013).

Em seu artigo para Folha de São Paulo (2013), Grajew deu exemplos claros de ações que ele considera de cunho sustentável e insustentável para o desenvolvimento da humanidade (Quadro 1).

³ Oded Grajew é presidente emérito do Instituto Ethos e coordenador-geral da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo.

Quadro 1 – Exemplos de situações práticas sustentáveis e insustentáveis

Sustentável	Insustentável
<ul style="list-style-type: none"> • Reciclar e evitar desperdícios; • Ética; • Paz; • Justiça social; • Educação de qualidade para todos; • Democracia; • Trabalho decente para todos; • Ar e águas limpos; • Transporte coletivo e de bicicletas; • Solidariedade; • Cidade planejada para que cada habitante tenha moradia digna, trabalho, serviços e equipamentos públicos por perto; • Sociedade que cuida de todos é sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esgotar recursos naturais; • Corrupção; • Violência; • Desigualdade; • Baixos indicadores educacionais; • Ditadura e autoritarismo; • Trabalho escravo e desemprego; • Poluição; • Encher as cidades de carros; • Individualismo; • Cidade comandada pela especulação imobiliária; • Sociedade que maltrata crianças, idosos e deficientes não é sustentável.

Fonte – Grajew (2013)

Ainda de acordo com Grajew (2013), o presente modelo de desenvolvimento que vivenciamos evidencia que é insustentável e põe em risco até mesmo a sobrevivência da espécie humana.

Todo e qualquer trabalho em Educação Ambiental está voltado para o futuro, pensando a relação homem/natureza numa perspectiva de respeito pelas novas gerações. É um trabalho de longa duração, de formação de novos hábitos, um novo

estilo de vida procurando a recuperação de valores como a solidariedade e a responsabilidade social.

A educação ambiental vem gradativamente se consolidando e ganhando credibilidade e força em diferentes níveis ou estágios evolutivos nas empresas. Porém, para Simons (2010, p. 206), “[...] ainda é preciso percorrer um longo caminho para que a EA possa assumir um papel efetivo na gestão ambiental empresarial, uma vez que esses programas não são enraizados na cultura organizacional”, aparece de forma tímida e superficial.

Simons (2010, p. 208), destaca três formas diferentes em que a educação ambiental se materializa nesses programas:

Em primeiro lugar a EA se concretiza em eventos pontuais. São muito comuns empresas que limitam seus programas educacionais às tradicionais palestras durante as semanas do meio ambiente, envolvendo funcionários, que param suas atividades para ouvir passivamente algum palestrante abordando temas como água ou resíduos sólidos.

Uma segunda abordagem utilizada nas empresas é limitar seus programas de educação ambiental às iniciativas desenvolvidas junto a um público externo. Assim, palestras nas escolas, apoio à implementação de programas de coleta seletiva e gincanas são “vendidos” como parte integrante do compromisso social das empresas. Finalmente uma terceira e última forma de desenvolvimento da educação ambiental nas empresas é aquela destinada a preparar a organização para cumprir corretamente os procedimentos estabelecidos na Norma ISO 14001.

Neste terceiro contexto, Simons (2010, p. 208) destaca que o item 4.4.2 da Norma ISO 14001, diz respeito ao treinamento de funcionários, onde estão relacionados os objetivos e o que deles se espera. Uma decorrência para a conquista da certificação ou para mantê-la, tudo em detrimento de um efetivo aprendizado e incorporação da questão socioambiental na cultura organizacional.

Pensar em EA na empresa não é simplesmente investir em informação e transmissão passiva de conhecimentos sobre as questões relativas ao meio ambiente ou às práticas da política ambiental da empresa, mas dar sentido a essas informações, promover sentimentos de corresponsabilidade, trabalhar valores, as potencialidades dos profissionais, criar espaços de diálogos e possibilidade de troca de conhecimentos interdisciplinares entre os colegas de setores, proporcionar o entendimento de que a estreita relação entre a qualidade de vida e práticas

sustentáveis não são restritas somente ao ambiente da empresa, mas também fora dela e vice-versa.

2.3 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental tem por objetivo organizar as atividades humanas de modo a gerar menor impacto possível, o que compreende desde a escolha das melhores técnicas de produção, uso, descarte de artigos ou insumos, redução de consumo e de geração de poluentes até o cumprimento da legislação e a alocação correta de recursos humanos e financeiros.

As grandes organizações já adotam políticas de preocupação ambiental socialmente responsáveis, porém minimizar os problemas ambientais requer mudanças de atitude de todos aqueles que atuam na instituição e principalmente "[...] devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta." (BARBIERI, 2007a, p. 113)

Uma empresa é sustentável quando é capaz de continuar exercendo as atribuições para as quais foi destinada sem causar impactos negativos ao meio ambiente e à população.

As instituições governamentais, assim como as empresas privadas, percebem a necessidade de adoção de medidas de preservação do meio ambiente em seus processos produtivos e adotam o conceito de gestão ambiental, por meio da união dos métodos da administração científica com a temática ambiental, criando um sistema onde se comprometem, através de um gerenciamento eficaz, melhorar o relacionamento organização *versus* meio ambiente. "É através da gestão ambiental que se torna possível a mobilização dos gestores para adequar seus processos de forma a promover um meio ambiente ecologicamente equilibrado, reduzindo custos diretos e indiretos." (COPETTI, 2010, p. 17).

Barbieri (2007a) defende que a inclusão de políticas de gestão ambiental nas práticas administrativas das empresas e instituições é influenciada, até mesmo impulsionada, pelo governo e pela sociedade, pois sem essas grandes forças, dificilmente haveriam medidas para a proteção ambiental.

A gestão ambiental oferece os meios para solução ou minimização dos problemas ambientais, através de uma nova atitude dos envolvidos no

processo, quando passam a considerar o meio ambiente em suas decisões. Nesse processo, adotam medidas que contribuem para a sustentabilidade. (BARBIERI, 2007a, p114).

A NBR ISO 14001 (2004) define o sistema de gestão ambiental como sendo a parte de gestão global que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e processos. Além disso, prevê recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.

Esta Norma especifica os requisitos para que um sistema de gestão ambiental capacite uma organização a desenvolver e implementar política e objetivos que levem em consideração requisitos legais e informações sobre aspectos ambientais significativos. Pretende-se que se aplique a todos os tipos e portes de organizações e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais. (ABNT, 2004).

Frente às mudanças globais e à insustentabilidade do crescimento do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos, a sociedade tem refletido sobre a necessidade de rever o modo de vida e trabalhar para reverter ou minimizar o quadro de degradação gerado pelas atividades do homem em relação ao meio ambiente.

Um conceito de sustentabilidade muito aplicado visando o gerenciamento dos resíduos sólidos é a abordagem pela qual a empresa procura atuar sobre a produção de produtos ou serviços para evitar, reduzir ou modificar a geração de poluição, “[...] empreendendo ações com vistas a uma produção mais eficiente e, portanto, poupadora de materiais e energia em diferentes fases do processo de produção.” (BARBIERI, 2011, p.110).

- a) Reduzir a produção de resíduos. Repensar os serviços e substituir equipamentos e materiais, conservar energia, prevenir a poluição;
- b) Reusar é orientar para a necessidade de buscar novas utilidades para materiais que supostamente não seriam mais úteis;
- c) Reciclagem é o tratamento dos resíduos para torná-los novamente aproveitáveis, de preferência na própria fonte produtora, como o reaproveitamento da água.

Embora benéfica ao meio ambiente, a reciclagem também gera problemas ambientais quando não realizada adequadamente. Os processos de reciclagem requerem energia e outros materiais originais que podem gerar poluentes como a produção de qualquer outro produto, inclusive tóxicos, como os resíduos da despigmentação do papel e as borras ácidas resultantes dos processos de reciclagem de óleos lubrificantes usados. (BARBIERI, 2011, p.112).

2.3.1 Programa de gestão ambiental nas empresas

O termo “política ambiental” é definido pela NBR ISO 14001 (2004) como “[...] a declaração da organização, expondo suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global, que prevê uma estrutura para a ação e definição de seus objetivos e metas ambientais.” Nesse sentido, ela estabelece a orientação e fixa os princípios de ação para a organização.

A instituição que deseja trabalhar para alcançar um desenvolvimento objetivamente mais sustentável deve primeiramente trabalhar a questão do ambiente interno, “[...] pois não há condições de atuação responsável de uma organização na sociedade mais geral, se internamente os seus quadros não estão convencidos da importância da adoção de práticas ambientalmente corretas.” (DIAS, 2011, p.97).

Disso, portanto decorre a importância da adoção de programas de gestão ambiental integrados à preocupação da população interna da instituição com as questões ambientais, mesmo que isso envolva uma mudança na cultura organizacional, modificando seus processos produtivos e visando uma produção associada à ecoeficiência.

Com o intenso crescimento da industrialização e conseqüentemente populacional nas áreas urbanas, o Brasil, a partir de 1960, passou a sofrer com intensos impactos no meio ambiental.

E com “[...] reflexo da Conferência de Estocolmo (1972), o governo brasileiro criou [...] a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), [...] a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB) em São Paulo e [...] o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM) na Bahia.” (DIAS, 2011, p. 98).

Com isso, deu-se início a criação de vários outros órgãos ambientais para o controle da poluição no ambiente. Segundo Dias (2011, p.98), na década de 80 o relatório “Nosso Futuro Comum” (Comissão Buruntland), listou doze princípios

diretivos para atuação responsável e “[...] ofereceu uma visão do crescimento econômico sustentável e da elevada qualidade ambiental que poderia ser alcançada através de boas práticas industriais e produzindo mais com menos.”

Posteriormente, um grande número de corporações assinou a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável de 1991, elaborada pela Câmara de Comércio Internacional (ICC), a Carta de Roterdã, e baseada no relatório. (DIAS, 2011). Nela figura um conjunto de 16 princípios (Quadro 2) voltados para a GA no ambiente corporativo.

Quadro 2 – Carta empresarial para o desenvolvimento sustentável

Princípios

1. Prioridade na empresa: reconhecer a gestão do ambiente como uma das principais prioridades na empresa e como fator dominante do desenvolvimento sustentável; estabelecer políticas, programas e procedimentos para conduzir as atividades de modo ambientalmente seguro.
2. Gestão integrada: integrar plenamente em cada empresa essas políticas, seus programas e procedimentos, como elemento essencial de gestão em todos os seus domínios.
3. Processo de aperfeiçoamento: aperfeiçoar continuamente as políticas, os programas e desempenho ambiental das empresas, levando em conta os desenvolvimentos técnicos, o conhecimento científico, os requisitos dos consumidores e as expectativas da comunidade, tendo como ponto de partida a regulamentação em vigor; e aplicar os mesmos critérios ambientais no plano internacional.
4. Formação do pessoal: formar, treinar e motivar o pessoal para desempenhar suas atividades de maneira responsável em face do ambiente.
5. Avaliação prévia: avaliar os impactos ambientais antes de iniciar nova atividade ou projeto e antes de desativar uma instalação ou abandonar um local.
6. Produtos e serviços: desenvolver e fornecer produtos ou serviços que não produzam impacto imediato sobre o ambiente e sejam seguros em sua utilização prevista, que apresentem o melhor rendimento em termos de consumo de energia e de recursos naturais, que possam ser reciclados, reutilizados ou cuja disposição final não seja perigosa.
7. Conselhos de consumidores: aconselhar e, em casos relevantes, propiciar a necessária informação aos consumidores, aos distribuidores e ao público, quanto aos aspectos de segurança e considerar na utilização, no transporte, na armazenagem e na disposição dos produtos fornecidos; e aplicar considerações análogas à prestação de serviços.
8. Instalações e atividades: desenvolver, projetar e operar instalações tendo em conta a eficiência no consumo da energia e dos materiais, a utilização sustentável dos recursos renováveis, a minimização dos impactos

- ambientais adversos e da produção de resíduos e tratamento ou a disposição final desses resíduos de forma segura e responsável.
9. Pesquisa: realizar ou patrocinar pesquisas sobre impactos ambientais das matérias-primas, dos produtos, dos processos, das emissões e dos resíduos associados às atividades da empresa e sobre os meios de minimizar tais impactos adversos.
 10. Medidas preventivas: adequar a fabricação, a comercialização, a utilização de produtos ou serviços, ou a condução de atividades, em harmonia com os conhecimentos científicos e técnicos, para evitar a degradação grave ou irreversível do ambiente.
 11. Empreiteiros e fornecedores: promover a adoção destes princípios pelos empreiteiros contratados pela empresa, encorajando e, em casos apropriados, exigindo a melhoria de seus procedimentos de modo compatível com aqueles em vigor na empresa; a encorajar a mais ampla adoção destes princípios pelos fornecedores.
 12. Plano de emergência: desenvolver e manter, nos casos em que exista risco significativo, planos de ação para situações de emergência, em coordenação com os serviços especializados, as principais autoridades e a comunidade local, tendo em conta os possíveis impactos transfronteiriços.
 13. Transferência de tecnologia: contribuir para transferência de tecnologia e métodos de gestão que respeitem o ambiente, tanto nos setores industriais como nos de administração pública.
 14. Contribuição para o esforço comum: contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas, de programas empresariais, governamentais e intergovernamentais, e de iniciativas educacionais que valorizem a consciência e a proteção ambiental.
 15. Abertura ao diálogo: promover a abertura ao diálogo com o pessoal da empresa com o público, em antecipação e em resposta às respectivas preocupações quanto ao risco e aos impactos potenciais das atividades, dos produtos, resíduos e serviços, incluindo os de significado transfronteiriço ou global.
 16. Cumprimento de regulamentos e informação: aferir o desempenho das ações sobre o ambiente, proceder regularmente a auditorias ambientais e avaliar o cumprimento das exigências internas da empresa, dos requisitos legais e destes princípios; e periodicamente fornecer as informações pertinentes ao Conselho de Administração, aos acionistas, ao pessoal, às autoridades e ao público.

2.3.2 Responsabilidade socioambiental

Desde sempre a humanidade fez uso dos recursos naturais para prover suas necessidades apostando na sua capacidade ilimitada de regeneração e na suposição de que o meio ambiente se adaptaria a qualquer tipo de degradação.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

As questões ambientais tornaram-se um tópico importante entre as organizações públicas e privadas, onde todos estão interessados em desenvolver políticas voltadas às questões ambientais.

Pensar longe tornou-se uma necessidade estrutural desse momento de transição. Não temos outra escolha senão a de planejar o futuro para mitigar o gerenciamento de crises, já que estas são caras e traumáticas e nos resta tão pouco tempo para restaurar os sistemas socioambientais. Antecipar eventualidades, preparar-se para as contingências, explorar novas alternativas. Esses são os caminhos mais saudáveis para lidarmos com as mudanças e com esses momentos de crises simultâneas: energética, climática, financeira e de alimentos. (LOURES, 2009, p. 8).

De acordo com Dias (2011), vários grupos empresariais têm se destacado como liderança do ponto de vista da responsabilidade ambiental e tornaram-se referência positiva para outros que procuram se aproximar dos padrões esperados pela sociedade, como empresas que buscam a sustentabilidade.

As organizações estão sendo, cada vez mais, pressionadas pela sociedade quanto às consequências de ordem ambiental, social e econômica de suas atividades. Reconhecer, portanto, a gestão socioambiental como uma das principais prioridades na organização e como fator determinante do desenvolvimento sustentável; estabelecer políticas, programas e procedimentos para conduzir as atividades de modo ambientalmente seguro. (TACHIZAWA; ANDRADE, 2012, p. 62)

Sendo assim, as organizações apresentam três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a social e ambiental. Dias (2011, p. 45), então, descreve as três vertentes.

Do ponto de vista econômico, a sustentabilidade prevê que as empresas têm que ser economicamente viáveis, dando retorno, através da realização eficiente e entrega eficaz dos serviços a que está designada a prestar a sociedade.

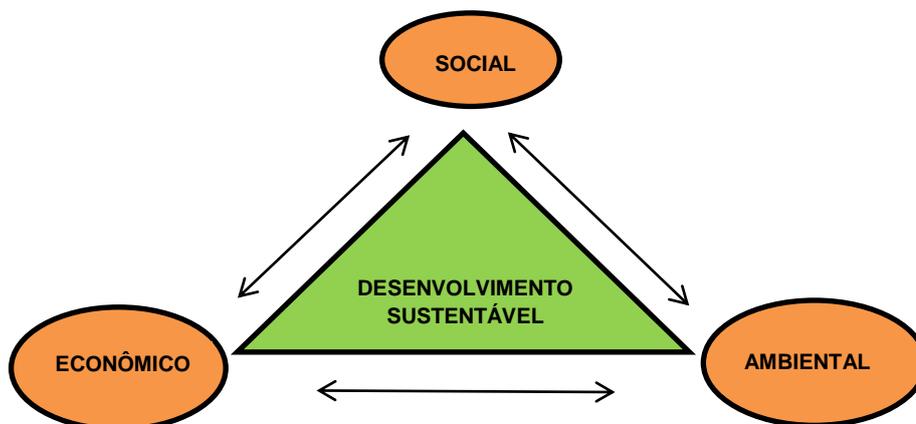
Em termos sociais, a organização deve proporcionar aos empregados as melhores condições de trabalho e respeitar as diversidades culturais e de mobilidade existentes na sociedade a qual vai atender.

Do ponto de vista ambiental, a organização deve priorizar a ecoeficiência dos seus processos produtivos, buscar desenvolver entre os colaboradores uma cultura ambiental, procurando desenvolver uma responsabilidade com o meio ambiente natural.

Segundo Dias (2011), o mais importante a ser abordado sobre essas três dimensões de sustentabilidade é o equilíbrio dinâmico, permanente e necessário entre elas e que deve ser considerado pelas organizações que estão envolvidas com cada uma dessas vertentes.

As três dimensões da sustentabilidade no âmbito empresarial se identificam com o conceito de “Triple Bottom Line” que, segundo Dias (2011, p. 46), “[...] é também conhecido como os 3Ps (People, Planet and Profit, em português, Pessoas, Planeta e Lucro). No Brasil é conhecido como o tripé da sustentabilidade[...]”. Pode ser aplicado tanto às grandes instituições quanto às pequenas, pois é um conjunto de valores, objetivos e processos em que uma organização deve focar para obter valor econômico, social e ambiental.

O tripé (Figura 1) se refere ao tratamento do capital humano (pessoas) de uma organização, tratamento do capital natural (planeta) pela organização e o resultado econômico positivo (lucro) da organização. As três pernas devem caminhar para o desenvolvimento em harmonia, devendo o lucro levar em conta os outros dois aspectos.

Figura 1 – Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade

Fonte: Dias (2011, p. 46)

Para Tachizawa e Andrade (2012, p. 62), a integração de políticas, programas e procedimentos deve ser elemento fundamental da gestão em todos os domínios da organização, mesmo que “[...] por decorrência, deva se redefinir em termos de missão, crenças e valores integrando a sustentabilidade às suas estratégias de negócios.”

As empresas que estão engajadas no aperfeiçoamento da responsabilidade socioambiental demonstram através de suas iniciativas que a política de responsabilidade ambiental não é gesto ou prática isolada para marketing ou outros benefícios.

De acordo com Borger (2010, p.18), através de “[...] várias atividades das empresas, as iniciativas podem ser tomadas em vários setores da empresa, mas devem ser expressões de um esforço sistemático para atingir as metas e os objetivos sociais, ambientais e éticos” como partes integrantes dos processos da instituição a qual estão inseridos.

Com frequência, a responsabilidade está presente nas políticas, nos princípios, valores e crenças, formal ou informalmente, declarados pela alta direção das empresas.

Segundo Dias (2007, p. 175), os gestores estão se conscientizando de que a instituição não é somente uma unidade de produção e distribuição de serviços que atende a uma determinada necessidade da sociedade, [...] mas que deve atuar de acordo com uma responsabilidade social que se concretiza no respeito aos direitos

humanos, na melhoria da qualidade de vida da comunidade[...] e na preservação do meio ambiente.”

Embora, em parte, a consciência empresarial e institucional para as questões ambientais esteja sendo motivada pelas pressões do Poder Público, da opinião pública e consumidores e, em muitos casos, a perspectiva de melhorar sua imagem, o que resulta “[...] dessa preocupação ambiental, associada às exigências legais e éticas da sociedade, muitas empresas têm procurado gradativamente assumir maior responsabilidade ecológica, adotando um papel mais ativo.” (DIAS, 2007, p. 176).

Ainda que lentamente, o papel das organizações está mudando, assumindo maior responsabilidade social, participando dos processos sociais e ecológicos, agregando conscientemente maior responsabilidade onde se inclui a perspectiva ambiental.

3 METODOLOGIA

A metodologia para a realização de um trabalho de conclusão de curso é a parte em que é feita uma descrição minuciosa e rigorosa do objeto de estudo e das técnicas utilizadas nas atividades de pesquisa. Segundo Pinto (2008, p. 136), “a definição dos procedimentos metodológicos requer a montagem de uma estratégia de pesquisa que abarque todos os passos necessários para sua execução [...]”. É o caminho detalhado para responder ao problema de pesquisa.

O caminho consiste no planejamento operacional da pesquisa para definir o tipo de estudo (qualitativo ou quantitativo), população ou amostra, local de realização, até os instrumentos de avaliação que passam pela coleta, análise e interpretação dos dados.

Tendo como referência o problema de pesquisa citado logo no início do trabalho, vamos abaixo detalhar os procedimentos de coleta e análise de dados para responder à questão orientadora da pesquisa.

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo tem um caráter exploratório que é o passo inicial no processo de pesquisa. Trata-se de uma observação com o intuito de recolher e registrar fatos da realidade social sobre a pesquisa sem que o pesquisador precise utilizar documentos formais e estruturados.

Portanto, o método escolhido para realização dessa pesquisa aplicada é o de estudo de caso com abordagem qualitativa.

O estudo de caso não é só uma investigação exploratória “[.] é uma abordagem total de um fenômeno que é analisado intensivamente, sendo para isso, reunidas informações numerosas e detalhadas sobre o mesmo.” (PINTO, 2008, p. 69)

Como, no estudo de caso, há apenas um único objeto de estudo, é preciso, assim, tirar o máximo de informações sobre ele:

Os estudos de caso requerem a utilização de múltiplas técnicas de coletas de dados. Isso é importante para garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados. Mediante procedimentos diversos é que se torna possível a triangulação, que

contribui para obter a corroboração do fato ou do fenômeno. (GIL, 2010, p. 119).

A abordagem qualitativa é um estudo que procura compreender as qualidades do fenômeno e não explicá-lo. Assim descreve Pinto (2008, p. 137):

Essa abordagem utiliza, como procedimento de coleta de dados, por exemplo, entrevistas e observações em diferentes modalidades, mas cuja característica recorrente é sua menor rigidez, em comparação com o questionário padronizado, pois permite ao informante maior liberdade de manifestação e, ao pesquisador, identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana. Permite somente generalizações específicas e concretas.

Uma questão a ser considerada no estudo de caso diz respeito à necessidade de contar com uma consistente base teórica, para que os resultados não virem apenas dados descritivos. O levantamento bibliográfico será fundamental para embasar o tema escolhido. Segundo Vergara (2009, p.74) “[...] o observador tem a possibilidade de dar grande contribuição ao processo científico se sua observação for descrita, explicada compreendida com consistência e coerência, iluminada pelo referencial teórico que privilegiou.”

O presente estudo de caso visa chamar atenção para um melhor aproveitamento dos recursos produtivos e uma maior conscientização das pessoas envolvidas, que são peças fundamentais para o sucesso das ações que devem ser desenvolvidas para não degradação do meio ambiente.

3.2 OBJETO DE ESTUDO E SUJEITO

O objeto de estudo é a biblioteca jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. A escolha dessa biblioteca se deu pela importância social que a instituição à qual está inserida tem para o estado do Rio Grande do Sul e o fato de desenvolver um Sistema de Gestão Ambiental institucional.

Como população-objeto da pesquisa, contar-se-á com as pessoas que fazem parte da equipe de funcionários e estagiários da biblioteca, totalizando dezenove pessoas, que estão divididas em quatro grupos: direção, setor de livros, setor de periódicos e setor de legislação.

Nas pesquisas sociais, para um grande número de elementos, entrevistar todos envolvidos é impossível. O fato de a autora atuar na biblioteca, participar da rotina de trabalho do grupo, facilitou a seleção de um subgrupo para representar o todo. Conforme Gil (2008, p. 94), “[...] selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda população, [...] requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado.”

Os interlocutores previamente selecionados serão seis funcionários e a opção de critérios ficou assim definida: o gestor da biblioteca, um bibliotecário com maior tempo de serviço na biblioteca, um bibliotecário com menor tempo de serviço na biblioteca, um funcionário administrativo com maior tempo na biblioteca e dois estagiários, um com maior tempo de serviço na biblioteca e outro com menor tempo de serviço na biblioteca (Tempo mínimo de seis meses).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados para esse estudo, as técnicas escolhidas foram: observação direta e participante, entrevista semiestruturada e análise documental. Segundo Gil (2010, p. 119): “Os estudos de caso executados com rigor requerem a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações.”

A pesquisa de campos se desenvolveu no período entre agosto e outubro de 2014. A observação participante aconteceu diariamente e naturalmente como estagiária e participante das tarefas rotineiras da biblioteca. As entrevistas aconteceram de 16/09/2014 a 22/10/2014 de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. Ocorreram durante o horário de trabalho e por isso foi determinado que a conversa se limitasse ao tempo máximo de 20 min. para não prejudicar a realização das tarefas.

A observação direta ocorre através da percepção dos acontecimentos reais, neste caso a autora atuando como examinadora e participante dos fatos que deseja estudar. Outra técnica da observação direta a ser utilizada é a entrevista semiestruturada, uma conversa verbal, onde o entrevistador consegue as informações necessárias.

A observação direta consiste na inserção do pesquisador no cotidiano atual dos grupos pesquisados com a finalidade de “[...] observar fatos, situações e

comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos.” (THIOLLENT, 2008, p. 83).

A entrevista é um método de coleta de dados que propicia a interação entre as pessoas, busca-se levantar dados que reflitam como os funcionários estão envolvidos com as questões de sustentabilidade desenvolvidas pela política de gestão ambiental da instituição.

O tipo de entrevista escolhida para esta pesquisa foi a semiestruturada, através da qual se pretende averiguar fatos sobre informações que as pessoas têm sobre o assunto proposto. Para isso foi desenvolvido um roteiro de entrevista, com categorias que vão adequar a situação de pesquisa a uma conversação informal, como mostra o quadro 3 abaixo.

Lakatos e Marconi (2008, p. 199) descrevem esse tipo de entrevista, como entrevista focalizada:

Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessários habilidade e perspicácia por parte do entrevistador. Em geral, é utilizada em situações de mudança de conduta.

Quadro 3 - Roteiro de entrevista semiestruturada

Categorias	Aspectos da entrevista
Trajetória na instituição	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tempo de atuação na instituição; ➤ Considera um bom local para trabalhar; ➤ Mudanças nos modos de realizar as tarefas;
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Relação com princípios sustentáveis no ambiente familiar; ➤ Aplicação desses princípios no ambiente profissional;
Gestão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Quais as formas de economia de recursos identificadas na biblioteca; ➤ Quais outras formas são identificadas em outras instituições.

Fonte: Autora, 2014

A outra fonte de dados são os documentos, para conhecer o registro da história e filosofia da instituição, bem como levantar e/ou confirmar dados necessários ao estudo. A principal fonte documental utilizada na pesquisa foi o site institucional onde se encontram os documentos oficiais de implementação e sistematização do Programa de Gestão Ambiental como política institucional.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O passo seguinte é a análise e interpretação dos dados coletados. Geralmente nas pesquisas científicas análise e interpretação são processos distintos. Como descreve Gil (2008, p. 156), a análise organiza os dados de forma a responder ao problema proposto, enquanto a interpretação procura respostas mais amplas, fazendo a ligação com outros conhecimentos obtidos.

Mas, segundo Gil (2008, p. 156), “já nos estudos de caso não se pode falar num esquema rígido de análise e interpretação.” Nas pesquisas qualitativas estes dois processos estão intimamente relacionados.

A análise é cíclica, está ocorrendo desde o começo da coleta dos dados e só termina quando novos dados já não acrescentam nada a mais. A finalidade da análise não é simplesmente descrever uma porção de dados, mas tentar expressar uma explicação e, para isso, os dados são categorizados provisoriamente, com o objetivo de possibilitar a criação de novas categorias, à medida que forem surgindo novos temas. No final da análise o resultado não deve ser mais que um punhado de dados agrupados e, sim, um tipo de síntese capaz de reunir as partes em um texto único.

4.1 DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O JUS-SGA

No âmbito da empresa, a gestão ambiental constitui-se pelas atividades administrativas e operacionais realizadas com o objetivo de evitar problemas ambientais ou que eles venham a ocorrer no futuro em decorrência de sua atuação.

Quando agrupadas todas essas atividades forma-se um sistema de gestão ambiental (SGA), pois “[...] é um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais ou evitar seu surgimento no futuro”, como relata Barbieri (2011, p. 147).

Para criar um SGA é preciso pensar na formulação de diretrizes, definir os objetivos, como e por quem será feita a coordenação das atividades e como serão apresentados os resultados. É fundamental contar com o envolvimento integrado de todos os participantes, a fim de manter a qualidade dos serviços com menos recursos, resultado de ações planejadas e coordenadas.

Todo SGA, independente do tamanho da empresa ou setor de atuação, é constituído por um conjunto de elementos. O mais importante de todos é o efetivo comprometimento dos dirigentes com esse sistema, que facilitará a disseminação das preocupações ambientais entre todos os funcionários de todas as áreas da empresa. Os outros elementos são os documentais, como a política ambiental, a avaliação dos impactos ambientais, os objetivos, as metas, os planos de ação, o manual das ações planejadas e a avaliação de desempenho.

A gestão ambiental também é uma ação do Poder Público, através de uma política pública ambiental, aquele mesmo conjunto de diretrizes, objetivos e instrumentos de ação citados acima e que estão dispostos para agir em defesa do meio ambiente. De acordo com Barbieri (2011, p. 65), o envolvimento crescente dos Estados brasileiros em questões ambientais e a pluralidade das questões, contribuíram para criação de vários instrumentos de políticas públicas de que pode se valer o Poder Público para evitar, eliminar ou minimizar os problemas ambientais.

Assim, em 2007, a então presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Ellen Gracie tornou pública a recomendação para que todos os Tribunais de Justiça da União adotassem políticas públicas visando à preservação do meio ambiente como disposto no art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Recomenda aos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988, que adotem políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente, bem como instituem comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente. (RIO GRANDE DO SUL, 2010b).

Mesmo que de maneira informal, em 2005, servidores da Justiça do Rio Grande do Sul, de forma voluntária, já haviam criado o Programa de Proteção e Educação Ambiental e Responsabilidade Social – ECOJUS, antecipando-se ao que logo seria formalmente recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Gestão Ambiental é política institucional (Ato Presidencial Nº 029/2008-P, de 5 de setembro de 2008) abaixo reproduzida no quadro 5, e atende aos termos da Recomendação nº 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça, agora reforçada pela edição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

Quadro 4 – Implantação do SGA da Justiça estadual

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO N.º 029/2008-P**DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (JUS-SGA) NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ARMÍNIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA**, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ATENDER AO QUE CONSTA NO PROCESSO N.º 0010-08/002372-7,

CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DIREITO E DEVER DE TODOS, CONFORME ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

CONSIDERANDO O INTERESSE PÚBLICO NO FOMENTO DE UMA CULTURA DE SUSTENTABILIDADE DENTRO DAS ATIVIDADES DO PODER PÚBLICO,

RESOLVE:

ART. 1.º - IMPLANTAR O **SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (JUS-SGA)** NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL.

ART. 2.º - DESIGNAR O 3.º VICE-PRESIDENTE PARA INTEGRAR O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, NA QUALIDADE DE **GESTOR-GERAL**.

ART. 3.º - AUTORIZAR O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA A INDICAR, PARA INTEGRAREM O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, O JUIZ-CORREGEDOR QUE SERÁ O **COORDENADOR CENTRAL** E O JUIZ DE DIREITO QUE ATUARÁ COMO **GESTOR-AUXILIAR**, COM AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DEFINIDAS NO PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL.

ART. 4.º - ESTE ATO ENTRARÁ EM VIGOR NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE À DATA DE SUA DISPONIBILIZAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO.

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA, 5 DE SETEMBRO DE 2008.

**DES. ARMÍNIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA,
PRESIDENTE.**

A partir da formalização do Programa de Gestão Ambiental em setembro de 2008, o ECOJUS passou a atuar como braço executor do Programa (Figura 3). Desde então, muitos projetos foram e estão sendo realizados.

O Programa tem como objetivo introduzir as boas práticas de Gestão Ambiental e de Responsabilidade Social no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, criando um ambiente favorável à mudança de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente e à sociedade, combatendo os desperdícios, favorecendo a promoção humana, e tornando a Instituição referência de administração pública. Promover a identificação e a avaliação dos impactos ambientais causados pela atividade judiciária, procurando minorá-los ou eliminá-los através da elaboração e implantação de Projetos de Gestão de Resíduos Sólidos, de Recursos Hídricos, de Eficiência Energética, de Educação Ambiental, e de Responsabilidade Social.

A implementação do Sistema de Gestão Ambiental vem exigindo cada vez mais estudo técnico, estruturação material e de pessoal, objetivando a disseminação da cultura da proteção ambiental, como conduta necessária à melhoria da qualidade de vida no trabalho e nos lares dos nossos servidores e magistrados. (RIO GRANDE DO SUL, 2010b)

Figura 3: Site ECOJUS

ECOJUS Programa de Educação e Proteção Ambiental e de Responsabilidade Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e Sistema de Gestão Ambiental JUS-SGA

Home / Projetos / Listagem por Data

Ecojus - Projetos

Menu

- Comissão
- Projetos**
- Eventos
- Banco de Ideias
- Notícias Publicadas
- Documentos Oficiais
- Publicações
- Conteúdos Afins
- Links Externos Sugeridos
- Dúvidas Frequentes
- Fale Conosco

LISTAGEM POR DATA

✓ 2012

🔦 Curso EAD Gestão Ambiental

- O curso desenvolve uma proposta de resgate dos valores éticos voltados à proteção do meio-ambiente, desenvolvendo conceitos baseados no novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Um dos objetivos do curso é fornecer conhecimentos para que o servidor esteja capacitado para compor uma Equipe Gestora Local, que é parte do Programa de Gestão Ambiental do TJ
- [Cartaz](#)

✓ 2011

🔦 Descarte final adequado - Reciclagem de Lâmpadas Fluorescentes

- O ECOJUS fez parte de um Grupo de Trabalho que elaborou um Termo de Referência para contratação de empresa que recolha e recicle as lâmpadas fluorescentes de todo o Poder Judiciário no Estado. Essa ação pioneira é um passo adiante em relação ao que já vinha sendo feito pelo Tribunal, que manteve contrato

Fonte: Site TJRS, 2010

O site do ECOJUS é o principal meio responsável pela veiculação de informações sobre as práticas ambientais da instituição. Porém outros instrumentos também são utilizados, como o informativo *online* (Figura 4), um periódico de notícias para os funcionários com acesso pela *intranet*, assim como os pop-ups (Figura 5) que se abrem na tela com avisos pertinentes aos servidores e demais funcionários da instituição.

Figura 4: Cartazes sobre Palestra Semana do Meio Ambiente no Informativo online



Fonte: Site TJRS, 2014

Figura 5: Lembretes sobre atividades da política de gestão ambiental



Fonte: Site TJRS, 2014

Como requisito básico para qualquer sistema de gestão a documentação é de fundamental importância, também para o sistema de gestão ambiental. Conforme Barbieri (2011, p. 176) “o nível de detalhamento dos documentos é decidido pela organização, mas deve ser suficiente para descrever os principais elementos do SGA e suas interações [...]”, detalhando o processo e orientando quanto às informações nela contidas. Um sistema de gestão de qualidade geralmente apresenta a seguinte documentação: declaração da política ambiental, manual da gestão ambiental, documentos de trabalho detalhados e os documentos sobre resultados.

No meio eletrônico também se encontra o manual de gestão ambiental, a declaração documentada da política ambiental da organização, as informações e instruções relativas aos procedimentos necessários para aplicação dos requisitos do SGA, como estão representados nos quadros 5 e 6 abaixo:

Quadro 5: SGA para o Poder Judiciário JUS-SGA

1 OBJETIVOS

- a) Educação ambiental, conscientizando (através de cursos, palestras, seminários, exposições, oficinas, etc.), Magistrados, Servidores, Estagiários e outros prestadores de serviços terceirizados e também os usuários do sistema de justiça, da necessidade de adoção de práticas ambientalmente adequadas;
- b) Estabelecimento de práticas e meios de ação que visem a redução do uso dos insumos, o reaproveitamento de sobras e o encaminhamento para a reciclagem daquilo que não puder ser reaproveitado nas próprias unidades;
- c) Descarte adequado de resíduos produzidos diariamente, através da adequada separação dos resíduos para a coleta seletiva e o encaminhamento às instituições que utilizem os descartes com finalidade social;
- d) Adoção de práticas que gerem economia dos recursos públicos.

2 METAS

- a) Manter todos os recursos humanos permanentemente treinados atualizados relativamente ao desenvolvimento do programa ambiental da instituição, visando evitar o retrocesso;
- b) Reduzir o impacto ambiental dos resíduos produzidos nas unidades diversas que compõem a instituição;
- c) Reduzir o consumo dos insumos (material de expediente, água e energia).

3 ETAPAS

Cronograma com as etapas necessárias para implementação do SGA

4 DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Atribuições das equipes gestoras locais formadas por servidores:

- Treinar os servidores, nos setores, nas técnicas necessárias à execução dos projetos ambientais aprovados;
- Treinar o pessoal terceirizado;
- Fiscalizar os servidores, nos setores, quanto à execução dos projetos;
- Fiscalizar a disponibilização de material necessário;
- Encaminhar ao SC (Servidor Coordenador) as dificuldades levantadas;
- Encaminhar ao SC (Servidor Coordenador) as sugestões de melhoria;
- Manter o fluxo de informações entre os setores e o Órgão Executor dos projetos.

Atribuições do ECOJUS

- Treinamento das Equipes Gestoras Locais;
- Manutenção do fluxo de informações sobre os procedimentos dos diversos projetos em execução
- Manutenção de linha direta para o esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões e críticas aos projetos em desenvolvimento;
- Manutenção de cadastro de entidades, com fins sociais, que recebam materiais para reciclagem ou recebam doação de bens descartados;
- Manutenção de página na internet contendo as informações dos projetos e outras informações sobre meio ambiente úteis para a disseminação do conhecimento.

Quadro 6: A Política Ambiental



A Administração Pública é grande consumidora e usuária de recursos naturais.

O Poder Judiciário, como responsável pela aplicação da lei, servindo de parâmetro para a conduta social, tem papel estratégico na indicação de novos padrões de produção e de consumo, devendo ser exemplo na redução de impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública.

Considerando a responsabilidade social que o status do Poder impõe, é a política do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, em matéria ambiental:

- comprometer-se, modo permanente, com a aplicação de um plano de gestão ambiental que inclua: educação ambiental, diminuição da geração de resíduos sólidos e adequado tratamento daqueles gerados, racionalização do uso de energia e água, inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços.
- incentivar todos os seus membros à participação nos projetos relacionados ao plano de gestão ambiental.
- dar transparência e publicidade ao meio interno e externo da política ambiental institucional.
- viabilizar os recursos necessários para a implementação dos projetos definidos como necessários pela Comissão Gestora.

Fonte: Site TJRS, 2010

A Política Ambiental do TJRS descreve os procedimentos, métodos e instruções técnicas de como aplicar os requisitos do SGA. Destaca a importância do tratamento dos resíduos sólidos: *reduzir* que ajuda a acabar com desperdícios; *reutilizar*, ou seja, buscar novas utilidades para os materiais; e *reciclar* que é a transformação física e química de um produto.

Porém para passar do discurso a ação, há de se percorrer um longo caminho. Um caminho de reflexão que as organizações enfrentam, pois mesmo que incentivem a educação ambiental estão lidando com pessoas e as barreiras estabelecidas pela cultura que a elas são inerentes.

Para Simons (2010, p. 209), uma nova cultura deve ser construída, além do treinamento para funcionários, pensar nesses sujeitos como pessoas, que trazem consigo histórias de vida, com crenças e individualidades, valores, hábitos e comportamentos que determinam suas ações dentro e fora do ambiente da empresa.

Pensar em educação ambiental na empresa significa ir além do encontro anual do dia do meio ambiente ou investir em informação passiva sobre práticas da política ambiental da instituição. Implica envolver a todos, partindo dos mais altos escalões da empresa, estimulando a adoção de comportamentos ecoeficientes, disponibilizando tempo e espaço para reflexões e debates sobre as questões socioambientais inerentes a sua vida profissional e pessoal. Ajudando assim a perceber a estreita relação entre esses dois mundos e como podem assumir o papel de agentes de mudanças.

4.2 A BIBLIOTECA – OBJETO DE ESTUDO

Passamos então, a descrever o *cenário* da observação, a biblioteca, onde se desenrola o fazer biblioteconômico e, assim, poder comparar se essas atividades estão em conformidade com as práticas descritas nos documentos do Sistema de Gestão Ambiental apresentados na seção anterior.

Mas, antes, cabe um breve histórico.

A história do Poder Judiciário no Rio Grande do Sul teve início com o Tribunal da Relação de Porto Alegre, em 1874, com jurisdição sobre as Províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁴.

Não se tem notícias de que a biblioteca já existisse naquela época, mas sabe-se que em 19 de novembro de 1949, quando o prédio do Tribunal (Figura 6) foi destruído por um incêndio criminoso o sinistro teve consequências que atualmente ainda se fazem sentir, pois foram reduzidos a cinzas os arquivos e a preciosa biblioteca, em cujas estantes se alinhavam obras de uso corrente e raridades de renomados juristas.

Em 08 de dezembro de 1968, passou a ocupar edifício próprio, o Palácio da Justiça, na Praça Marechal Deodoro, onde até hoje se concentram as atividades administrativas do tribunal.

⁴ RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. História do Poder Judiciário. Porto Alegre, 2010a. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/historia_poder_judiciario/>.

Figura 6: Teatro São Pedro e a direita o Tribunal Superior do RS



Fonte: Google, 2014

A biblioteca foi reconstituída por magistrados, advogados e entidades culturais de nosso estado. Passou a ocupar no novo prédio, um espaço privilegiado, no mesmo andar e em frente ao gabinete da presidência do tribunal. Figuras 7 e 8 mostram a nova sala da biblioteca.

Figuras 7 e 8 : a nova biblioteca do Tribunal de Justiça depois do incêndio



Fonte: Site TJRS, 2014

Quando o Tribunal de Justiça comemorava os 125 anos de implantação e atuação no estado do Rio Grande do Sul (1874-1999), a biblioteca mudou-se do prédio do Palácio da Justiça – Prédio I, no centro histórico de Porto Alegre, para o Prédio II do Poder Judiciário, na Av. Borges de Medeiros, juntamente com os órgãos judiciários⁵.

A biblioteca do Tribunal de Justiça se caracteriza por ser uma unidade pertencente a uma instituição governamental organizada com o objetivo de fornecer a seu usuário a informação que ele necessita no campo de conhecimento do direito.

A biblioteca de caráter especificamente jurídico é aquela cujo acervo é constituído de coleção de livros e outros documentos na área do direito, fornecendo informações que sejam relevantes para seus usuários. O acervo é formado basicamente por livros, periódicos jurídicos, súmulas, decretos, os diários, oficial e da justiça, legislação, jurisprudência, doutrinas, códigos e leis.

Os instrumentos de trabalho de uma biblioteca jurídica variam desde as fontes formais e tradicionais aos mais modernos meios de controle da informação, objetivando disseminar a informação jurídica, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, com o intuito de subsidiar as decisões processuais em fluxo, como também auxiliar a todos os juristas no cumprimento da justiça. (FERREIRA; MELO, 2006, p. 3)

As bibliotecas jurídicas são provenientes de órgãos governamentais, universidades ou escritórios de advocacia e atuam como principal veículo disseminador deste tipo de informação. Assim como as demais bibliotecas, as jurídicas devem estar organizadas visando à satisfação de necessidades informacionais específicas deste público.

Segundo as autoras Ferreira e Melo (2006), a informação jurídica é constituída fundamentalmente por um tripé informacional distinto formado por doutrina, jurisprudência e legislação:

- Doutrina: é a compilação de entendimentos a respeito de uso das informações sobre a Ciência do Direito;
- Jurisprudência: é a reunião de julgamentos sobre determinado assunto, formada pela decisão dos juízes e tribunais;
- Legislação: é o conjunto de leis editadas. Formada por atos normativos, leis, decretos, portarias e todos os demais tipos de normas e regulamentos.

⁵ Texto baseado em: História do Poder Judiciário. RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/>>

A área do Direito relaciona-se com todas as áreas da vida humana, sendo, portanto, de caráter essencialmente interdisciplinar.

No ordenamento jurídico brasileiro, há uma abundante produção de informação jurídica, começando pela proliferação de atos normativos, de hierarquia superior e inferior, passando pela jurisprudência e a doutrina, normas jurídicas dos Estados e do Distrito Federal, legislação de hierarquia inferior e a legislação estrangeira, que muitas vezes é utilizada como ponto de partida para os legisladores brasileiros, porque indicam as soluções já encontradas por outros países para problemas semelhantes aos nossos. (FERREIRA; MELO, 2006, p. 6).

As fontes de informações jurídicas dão suporte às atividades, tanto do Poder Público, quanto da iniciativa privada e têm tido um crescimento bastante acelerado. Segundo Ferreira e Melo (2006), pode-se mesmo afirmar que, no Brasil, o setor da informação jurídica é o que mais cresce e se desenvolve, sendo economicamente lucrativo.

Os usuários típicos dos serviços de uma biblioteca jurídica são juízes, juristas, legisladores, professores e alunos do curso de Direito e o cidadão comum que têm como objeto de pesquisa: leis, doutrinas, jurisprudências e julgados dos mais diversos Tribunais.

A demanda da informação jurídica tem crescido bastante em consequência do público interessado em prestar concurso público, não apenas aos destinados à carreira jurídica, mas para outras que no programa abrange também algumas áreas jurídicas. (FERREIRA; MELO, 2006, p. 7).

Devido a essa crescente demanda de informação e constante necessidade de atualização, percebe-se a importância da busca de procedimentos gerenciais ambientalmente corretos e de responsabilidade social no momento em que se busca reduzir o impacto ambiental causado pelas práticas que geram os serviços.

A biblioteca do Tribunal de Justiça é uma importante referência não só para magistrados e servidores, como também para os estudantes de graduação e pós graduação na área do direito.

A biblioteca está dividida em três áreas de atendimento. Um setor destinado apenas aos livros, outro setor apenas para os periódicos e ainda um terceiro com os documentos, boletins e diários da parte legislativa. Em todos os setores os usuários

são atendidos por bibliotecários e/ou estagiários. A pesquisa para livros e periódicos pode ser comum aos dois setores, já a pesquisa para materiais legislativos se restringe somente aquele setor.

Frequentemente a biblioteca recebe a visita de alunos das diversas faculdades de direito espalhadas pelo estado do Rio Grande do Sul. Eles vêm em busca de materiais para completar suas pesquisas e que, por alguma razão, faltam nas bibliotecas de suas unidades. Os professores indicam a biblioteca do tribunal como fonte segura e certa de obterem sucesso em suas buscas. Os estudantes da região metropolitana e da capital também visitam com frequência a biblioteca, para pesquisas ou leitura.

É comum os estudantes exaltarem a qualidade, quantidade e praticidade na localização das informações disponíveis para pesquisas.

A informação para ter qualidade é preciso ser relevante, confiável, atual, acessível, precisa, oportuna e deve ser ajustada às demandas e expectativas dos usuários. O valor da informação está associado à utilidade que ela representa ao público a quem se destina. (FERREIRA; MELO, 2006, p.5)

A biblioteca oferece uma gama de materiais para os pesquisadores da área jurídica, entre eles livros, periódicos, diários e boletins legislativos. O acervo é composto de aproximadamente 45.000 livros e 806 títulos de periódicos, entre nacionais e estrangeiros.

Aos servidores do Tribunal também é possível acessar a alguns títulos de periódicos *online* via *intranet*, os mesmos que se encontram disponíveis no formato impresso na biblioteca para todos os usuários.

Através da *internet* e o *Pergamum*, como software de gerenciamento do acervo físico, os usuários tem acesso ao catálogo online e assim, aos títulos dos itens disponíveis para pesquisa.

Como ainda não é possível disponibilizar o texto completo de todos os artigos, a catalogação e a indexação por assunto se apresentam como recursos para visibilidade dos artigos que leva à citação.

A indexação analítica de artigos de livros e periódicos é um diferencial oferecido aos usuários que acessam o catálogo da biblioteca. Através da indexação dos artigos é possível definir os termos que irão representar o conteúdo dos

documentos que estão no catálogo e assim recuperá-los pelo assunto. Essas informações geralmente não são organizadas assim na maioria das bibliotecas.

Dentre os serviços prestados pela biblioteca estão: o empréstimo de livros e periódicos – para magistrados e servidores, a pesquisa bibliográfica, indexação analítica dos artigos de livros e periódicos, consulta local, consultas por telefone e empréstimo entre bibliotecas jurídicas de Porto Alegre.

Dispõe de salas de estudos, individual e em grupo e atendendo ao público de segunda à sexta-feira no horário das 9h às 18h, ininterruptamente.

O acesso aos acervos da biblioteca é restrito aos funcionários da biblioteca e magistrados. Para ter acesso à pesquisa *online* do acervo é necessário recorrer à equipe de atendimento, pois, na biblioteca não há terminais de consulta nem *internet* disponíveis aos usuários.

Estando a biblioteca inserida em uma instituição que possui um Programa de Gestão Ambiental institucional vamos, então, analisar algumas ações que são praticadas no ambiente de trabalho que interferem de maneira positiva ou negativa em termos de gestão ambiental e operacional da biblioteca.

A implantação de uma política socioambiental ao processo de gestão de uma instituição envolve questões de compreensão e “[...] incorporação de novos conceitos e métodos de administração e o exercício da liderança com noção de responsabilidade social.” (BORGES, 2010, p. 18).

Estudos apontam elementos ou fatores que favorecem ou dificultam a adoção de novidades na organização, como fatos econômicos escassos, fatos técnicos que demandam novos conhecimentos, fatos organizacionais que requerem diversas atividades e envolvem o esforço de outras pessoas e, sobretudo, fatos culturais.

As inovações são fatos culturais como qualquer outro relacionamento com a vida social, pois resultam do compartilhamento de ideias, crenças, valores, interesses e padrões de conduta, explícitos ou não, dos grupos sociais que as concebem, apoiam, implementam e utilizam. Elas refletem o modo de pensar e agir desses grupos, dialogando ou se contrapondo com o de outros grupos sociais. (BARBIERI, 2007b, p.89)

Assumir estrategicamente ideias inovadoras é uma decisão que deve permear por todo ambiente da unidade, desde a valorização das pessoas até os processos operacionais que serão alterados e melhorados por elas, resultado de um aprendizado espontâneo baseado no fazer rotineiro “[...] referindo-se a uma

característica proativa e permanente da organização e não a eventos reativos e episódicos.” (BARBIERI, 2007b, p. 87).

Segundo o Programa de Gestão Ambiental JUS – SGA, “reduzir, reutilizar e reciclar, necessariamente nesta ordem, constituem a conduta mais adequada para evitar o acúmulo de resíduos no meio ambiente.” (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Ao observar o fazer rotineiro da biblioteca, em seus processos de trabalho e materiais utilizados, pode-se destacar como fatores que podem ser geradores de resíduos e que demandam maior consumo dos insumos: água, energia elétrica, papel e toner, ainda o treinamento e a conscientização das pessoas envolvidas através de suas práticas e o uso que fazem das tecnologias.

Em relação ao consumo de água, não foi identificado nenhum exagero na utilização que seja significativo para esse estudo, até porque já existem nos banheiros torneiras temporizadas, acionadas com pressão e fechamento automático.

O mesmo não acontece com as lâmpadas, que são acesas e apagadas por uma central de controle que cuida de todos os andares de todo prédio. O acionamento das lâmpadas ocorre pouco antes do início do expediente e são desativadas após o encerramento do mesmo. Não há interruptores manuais na biblioteca e isso pode dificultar o desligar de lâmpadas desnecessárias. Porém, é possível que alguém do departamento solicite o desligamento das lâmpadas de locais ermos e/ou a permanência delas acesas por mais tempo, depois que as pessoas saem.

As lâmpadas são do tipo fluorescentes, tubulares e estão espalhadas pelo teto (Figuras 9 e 10). Existe uma equipe responsável pela manutenção, trocas, reparos e destinação certa e segura das lâmpadas, que não devem ser quebradas e sim permanecerem em lugar seguro, aguardando pelo recolhimento. Quando as lâmpadas queimam ou apresentam problemas basta chamar a equipe de manutenção que se encarregará de substituir e levar embora aquele equipamento que será encaminhado ao destino adequado.

Figuras 9 e 10: iluminação fluorescente da Biblioteca do TJRS



Fonte: Autora, 2014

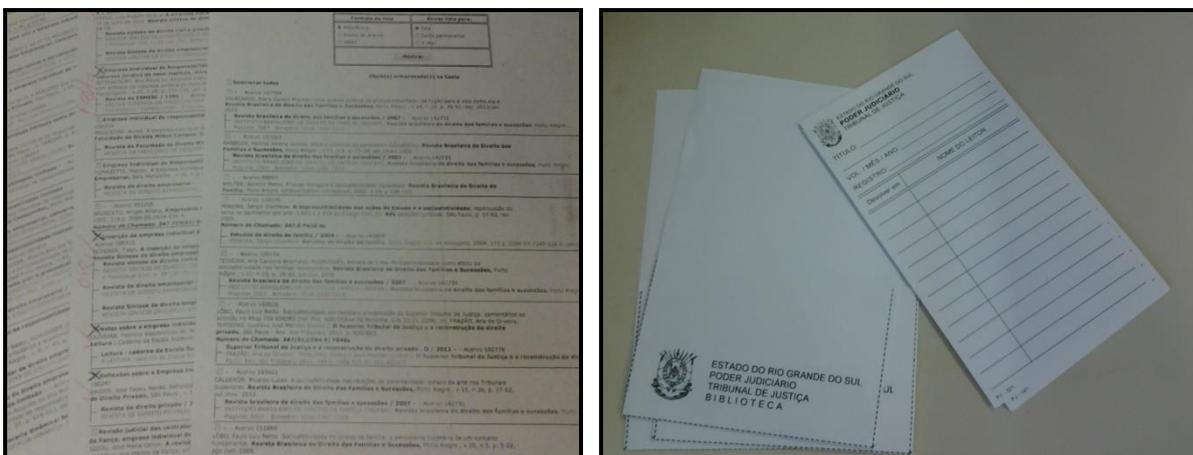
Sobre o consumo do papel, a opção foi por analisar somente os papéis utilizados nas impressoras e copiadora, aqueles impressos para os usuários no serviço de referências, no preparo técnico para imprimir bolsos e fichas de empréstimos e cópias reprográficas de sumários. Para o presente estudo não foram consideradas as fichas dos catálogos manuais dos livros, que são datilografadas e nem as fichas de assuntos arquivadas no setor de legislação, pois não são descartadas, quase não geram resíduos e, portanto, não se encaixam nos objetivos.

Imprimir as referências pesquisadas é uma atividade que demanda consumo não apenas de papel A4, mas também de toner e energia da impressora (Figuras 11 e 12). O sistema de base de dados *Pergamum* permite que seja impressa uma relação de até cem referências de uma só vez, o que corresponde a mais ou menos cinco páginas.

Uma triagem prévia, antes da impressão dos itens gerados pela pesquisa, talvez fosse uma prática significativa para diminuir o consumo de papel e uso da impressora.

Em dias de pouco movimento na biblioteca até é possível ao usuário fazer a triagem dos itens no terminal de computador do bibliotecário ou do atendente. Mas em dias de grande movimento não há outro jeito senão imprimir as listas, conseguindo assim, agilizar o atendimento. Reduzir o consumo de papel está diretamente ligado ao consumo consciente.

Figuras 11 e 12: Consumo de papel A4 e toner para impressões



Fonte: Autora, 2014

Com o objetivo de divulgar ainda mais o conteúdo das novas aquisições, a biblioteca disponibiliza, ainda, os sumários dos artigos de periódicos, reproduzido através de *xérox* todos os sumários dos periódicos mensais que foram incorporados ao acervo. Num primeiro momento estas cópias aproveitam apenas o anverso da folha A4. Este papel fica, então, a disposição para posterior uso como rascunho ou cortados e servirão de marcadores de páginas para os artigos selecionados para o *xérox*.

Segundo as orientações do SGA e seu manual de tratamento de resíduos, o papel deve ser reaproveitado, ou seja, ter os dois lados da folha ocupados.

Os papéis devem ser acondicionados separados do lixo comum, recolhidos e encaminhados para doação, reaproveitamento e/ou reciclagem. Aqueles, com carimbo e assinaturas, devem ser triturados e revertidos em bens de uso do serviço em favor do fundo de reaproveitamento do Poder Judiciário.

Outra demanda de uso de papel e toner de impressora é a utilização de bolso e ficha nos serviços de circulação dos materiais, sendo que na biblioteca esses serviços já são controlados através da leitura automática do código de barras, presente em cada item, através dos leitores óticos que automatizam consideravelmente as tarefas decorrentes da circulação do acervo. A finalidade é efetuar a leitura do código de barras, assim os leitores são utilizados na identificação do usuário como também no reconhecimento dos materiais bibliográficos para retiradas, renovações, reservas ou simples consultas.

Ler na tela do computador ao invés de imprimir e utilizar o leitor de código de barras pode ser uma medida para diminuir o consumo de papel e evitar a derrubada de árvores.

O computador é um insumo bastante utilizado na biblioteca, assim como em muitas outras bibliotecas, pois todos os serviços por elas desenvolvidos dependem dos recursos tecnológicos de um computador. Muito utilizados para inserir novos dados bibliográficos, consultas ao catálogo, serviço de circulação e impressões.

Uma prática sempre recomendada é que o profissional que está utilizando o terminal de computador se responsabilize pelo desligamento deste ao interromper ou finalizar as atividades. Inclusive desligando o monitor, evitando assim, o consumo de energia elétrica em modo *stand by*.

Os cartuchos e toners das impressoras quando substituídos devem ser recolhidos pelo Departamento de Material e Patrimônio, mediante solicitação por e-mail, pois são considerados lixo eletrônico altamente poluidores da natureza, como ilustrado na figura 13.



Fonte: Site TJRS, 2014

A biblioteca pode ser uma organização inovadora, capaz de criar, adquirir e transferir conhecimento, levando a informação e conhecimento às pessoas, buscando contribuir com a construção de ambientes sustentáveis, nos quais possam satisfazer suas necessidades para disseminar a informação sem diminuir as chances das gerações futuras.

Para Barbieri (2007b, p,99), as inovações a serem introduzidas na organização só serão de utilidade se forem planejadas para reduzir o consumo de recursos e a geração de poluição e desigualdade social. “Pois, para satisfazer as necessidades de todos, desta e das futuras gerações, deve-se deter com urgência a degradação ambiental e social que atinge proporções gigantescas e que ameaça a vida do planeta.”

A seguir será apresentada a descrição do conteúdo das entrevistas com os interlocutores, os sujeitos, aqueles que atuam na biblioteca e dividem o fazer de suas tarefas do dia a dia com as práticas de gestão ambiental.

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A entrevista é um método de investigação específico segundo Bardin (2011) onde se lida com o discurso falado de uma pessoa – o entrevistado – que expõe uma fala mais ou menos espontânea daquilo que essa pessoa pensa ou sabe a propósito de alguma coisa.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, mas não serão dessa forma apresentadas como dados. Para o estudo serão considerados os elementos essenciais para transformar essas informações em dados verbalizados na entrevista.

Os interlocutores foram solícitos e participativos, colocando-se a dispor da pesquisadora para os esclarecimentos necessários para a realização do estudo, respondendo de acordo com seus conhecimentos e vivências sobre o tema.

As entrevistas se desenrolaram de uma forma mais espontânea, sem um esquema fechado de perguntas, mas seguindo um roteiro de categorias que representam o estudo.

O estudo aposta como categorias importantes para o sucesso de um SGA na empresa o comprometimento com os projetos da empresa, a educação para preservação do meio ambiente e as práticas de gestão ambiental para preservar a natureza para uso das gerações futuras (Figura 11).

Figura 11 : categorias para análise de dados



Fonte: Autora, 2014

O sucesso da implementação de um SGA está ligado ao comprometimento dos funcionários e a forma como foram motivados. Entender a cultura organizacional, suas características e como se distingue de outras, possibilita que se criem maneiras positivas de se comunicar e trabalhar os profissionais em prol do SGA.

Como já foi escrito acima, a instituição que deseja trabalhar para alcançar um desenvolvimento objetivamente mais sustentável deve primeiramente trabalhar a questão do ambiente interno, “[...] pois não há condições de atuação responsável de uma organização na sociedade mais geral, se internamente os seus quadros não estão convencidos da importância da adoção de práticas ambientalmente corretas.” (DIAS, 2011, p.97).

Por isso a primeira categoria de observação diz respeito à **trajetória na instituição** e o quanto vale a pena se envolver e se apropriar dos projetos propostos pela empresa.

O grupo de profissionais da biblioteca, que foi selecionado para entrevista, demonstra satisfação em trabalhar na instituição. As pessoas sentem-se felizes, consideram um bom lugar para trabalhar e de plenas condições para o exercício de suas funções.

As estagiárias que participaram da pesquisa trabalham na instituição, uma há dois anos e a outra há oito meses. Já os servidores, também colaboradores da pesquisa, estão na faixa de tempo de trabalho na biblioteca de 32, 22 e 1 anos.

As estagiárias afirmam que pretendem realizar concurso para o TJRS com intuito de, um dia, retornarem a instituição como servidoras. Segundo elas, na

biblioteca os servidores lhes tratam com respeito, valorizando seu trabalho, estimulando o aprendizado na prática do que já foi visto na teoria em sala de aula.

O Interlocutor (2) é o mais experiente da equipe, trabalha há 32 anos no TJ, “*uma vida... uma geração*” e considera um bom lugar para trabalhar.

A interlocutora (3) diz sentir-se motivada, “*eu percebo isso, em qualquer lugar que se vai trabalhar, onde a tua gerência, teus colegas têm um ambiente, um local de trabalho saudável, as pessoas vão estar mais disponíveis, mais abertas a uma coisa nova e colaborar com os projetos*”.

A interlocutora (5) relembra o início de sua carreira profissional que coincide com a sua chegada ao TJRS:

Como profissional atuo na instituição há 22 anos, mais um ano e meio como estagiária. Uma vida. No momento que optei por estagiar aqui, eu já vi uma diferença bem grande da instituição frente a outros lugares. Como já tinha feito estágio na UFRGS e em bibliotecas especializadas, quando eu vim estagiar aqui, eu vi que era um local diferenciado, né. Primeiro por toda estrutura do próprio tribunal...a própria biblioteca era muito bem conceituada dentro da instituição, na época, e o pessoal que trabalhava... também na época, que já era bem qualificado. Aí fazendo concurso e ingressando... e durante todos esses anos de trabalho eu vejo, que não trocaria por nenhum outro lugar. Realmente foi a opção acertada na vida. (informação verbal, 2014).

Interlocutora (6):

De agosto de 90 a agosto de 91 eu fui estagiária... daí teve o concurso e fui aprovada e assumi em primeiro de abril de 92... até hoje. Quando fiz a faculdade, eu fiz estágio em biblioteca escolar... depois eu fui pra biblioteca do BADESUL... eu gostei bastante... de lá... daí acabou o tempo... daí sabia que tinha vaga aqui no tribunal, vim... que já trabalhava com legislação lá, daí fiquei na legislação aqui... no balcão da legislação... e adorei. Quando teve o concurso pra cá, pro estado e pro TRT de Santa Catarina... fiz os três... fui aprovada nos três... e nomeada nos três. Só que primeiro aqui... e daí eu tomei posse... daí depois de 92... uns meses depois teve a nomeação do estado, abri mão da minha vaga e em 95... fui nomeada para Santa Catarina, mas aí não quis assumir lá, continuei aqui. Dois foram na área jurídica e um na biblioteca pública... e no estágio obrigatório... na época... era em duas bibliotecas... escolhi um na biblioteca pública para conhecer. Eu estava aberta a qualquer tipo de biblioteca, então eu já conhecia várias, mas a que eu mais gostava mesmo era da área jurídica. Acho que quando a gente tem os agradecimentos, voto de louvor em obras editadas por pessoas até de fora do tribunal ou em... dissertação de mestrado, de doutorado... tem agradecimento ou nominalmente... a um bibliotecário daqui ou a biblioteca do TJ, é sinal de reconhecimento, né. Então isso é uma coisa muito importante. (informação verbal, 2014).

Os interlocutores (2), (5) e (6) estão na biblioteca desde quando ela ainda funcionava no prédio do Palácio da Justiça no centro histórico da cidade e durante todo esse período em que trabalham na biblioteca do TJRS já presenciaram algumas mudanças significativas na maneira de exercer suas tarefas até mesmo na mudança de *status* da unidade. *“Em termos de valorização a gente já foi mais valorizado. Nesses 22 anos a gente percebe que a biblioteca já teve épocas, em que ela realmente foi o centro das atenções”*, comenta a interlocutora (5).

Foi no início dos anos 90 que a biblioteca deixou de ser exclusivamente para os membros do Poder Judiciário e passou a receber usuários externos, abrindo suas portas também à comunidade da área jurídica em geral. Até então, a biblioteca tinha um status significativo conferido pelos próprios desembargadores, como relata a interlocutora (5):

Como nós ficávamos no mesmo andar da presidência, lá no Palácio, sempre que tinha uma visita ao Presidente, geralmente eles cruzavam o saguão e visitavam a biblioteca, então isso trazia uma visibilidade muito grande. E os próprios desembargadores, eram 25 apenas na época, eles mesmos queriam mostrar que a biblioteca era atualizada, que era bem equipada, tinha bastante gente trabalhando, então, tu via que isso trazia uma valorização até pro trabalho que era feito dentro da instituição. (informação verbal, 2014).

A chegada do computador e os softwares para bibliotecas também marcou como uma grande mudança, segundo o interlocutor (2): *“Com a chegada do computador diminuiu bastante a papelada, diminuiu a burocracia, o tempo, principalmente em função do tempo, as coisas são muito mais rápidas”*.

Interlocutora (5):

Naquela época os computadores eram terminais ligados a PROCERGS, que usavam software desenvolvido pela IBM, dentro da PROCERGS, que se chamava LIPE (Livros e periódicos). Ela não fazia apenas a gestão de todo material que a gente tinha dentro da biblioteca, mas voltado também para recuperação dos dados. Não era o que a gente faz hoje... de todo processamento. O processamento ainda era todo manual e se colocava as informações dentro do sistema para ter uma recuperação de dados. E isso era uma coisa bem interessante, porque as instituições e os advogados podiam assinar. Se o advogado tinha um computador no seu escritório, em 1992, ele podia entrar em contato com a PROCERGS e dizer que queria assinar a nossa base de dados. E eles pagavam pra PROCERGS um valor, que não era barato, e tinham acesso ao que a gente ia colocando. Que é na verdade hoje, a nossa busca na internet. [...] Foi aí que se começou a colocar os artigos de periódicos, porque se sabia que tinha o periódico, mas não sabia o que tinha dentro do artigo. (informação verbal, 2014).

As tecnologias evoluíram trazendo muitas vantagens para as bibliotecas, o catálogo bibliográfico e os sistemas de bases de dados para catalogação, tornaram as fichas datilografadas completamente obsoletas, embora ainda seja a realidade de algumas bibliotecas que se mantêm com poucos recursos.

Contudo, por um tempo ainda, a transição entre o material impresso e o digital dividirá as bibliotecas entre dois mundos:

De um lado, trabalham com a informação em papel, na qual tratam com os critérios já bem definidos sobre classificação, armazenagem, preservação de acervo entre outros. De outro lado a mudança para o mundo digital é crescente e inevitável, pois o que é relevante para a maioria dos usuários são as informações atualizadas e essas têm nascido e permanecem na forma digital. (ARRUDA, 2009, p. 35).

A biblioteca do TJ ainda transita entre os dois mundos quando o assunto é catalogação, tanto registra as informações no sistema *Pergamun*, quanto utiliza os catálogos manuais de fichas.

Comenta o interlocutor (2):

Eu vejo algumas coisinhas que poderiam melhorar... até comento com os bibliotecários novos... que é em relação dos fichários... mas não é da minha área, não sei se vou estar certo ou não... a tarja eletrônica... para segurança... podiam investir... já que investem em tantas coisas. (Informação verbal, 2014).

Segundo a interlocutora (5), a migração total entre os softwares, do LIPE para o *Pergamum*, ainda não está totalmente estabilizada, ainda há correções e adaptações necessárias a serem feitas entre os dados que migraram de um sistema para o outro. Por isso, o uso dos fichários se justifica para garantir a recuperação da informação e a prestação de contas do material patrimonial, e pelo apreço de alguns usuários em manusear as fichas.

Interlocutora (5):

Eu faço registro no Pergamum e depois, a gente faz um desdobramento em fichas. Porque a gente ainda têm leitores que preferem olhar no catálogo em fichas. São uns dois ou três, é uma minoria, e a gente diz: Ah! mas precisaria continuar? Às vezes a gente recorre até pra verificar algum documento que tá perdido dentro do sistema, na migração e a gente continua fazendo o registro... As fichas de registro pelo número de entrada e o topográfico, que é o espelho da estante. Porque a gente já foi questionado duas vezes pelo CAGE (Contadoria e Auditoria-Geral do Estado), eles querendo saber como é que nós fazíamos o controle das obras. (Informação verbal, 2014).

Interlocutora (6):

Quando nós ingressamos não tínhamos nem ideia do que era internet... até o computador era... na realidade não tínhamos computador na biblioteca, eram terminais que as bases estavam nos computadores da PROCERGS. Eram só terminais de conexão e a base de dados ficava toda lá. Então a gente alimentava e fazia pesquisas e às vezes o tempo de resposta era demorado, porque às vezes caía a conexão. Em 95... que daí veio o primeiro computador... no estilo de hoje... ah! Claro que não com a tecnologia de hoje, nem com a velocidade e nem com todos os softwares que têm hoje em dia... daí depois instalaram tinha conexão para acessar a internet... conexão discada por telefone... fazia aquele barulhão até conseguir conectar... e alguém quando instalou o computador chegou lá uma pessoa da informática e disse assim: oh! Aqui se liga, e aqui, se desliga. O editor de texto é no fácil, como criar o artigo, como salvar... e daí me botaram na internet e me deram o endereço do STF... e “tchau e bênção”. O resto foi por conta e risco, e eu fui aprendendo... o que eu fazia naquela época... entrei no STJ e comecei a explorar a página, ver como a gente fazia pra acessar as coisas e o pessoal costuma colocar outros links de interesse... e a partir dali eu ia para outros lugares, explorando... e assim que depois eu descobri os buscadores... era o Alta Vista na época... Yahoo... eram os percussores do Google. Ampliou pro mundo, na realidade aumentou o trabalho, porque quando as pessoas chegavam e consultavam o acervo... da biblioteca, o que tinha aqui, pronto! Daí com a internet... eles dizem daí tu vê... pra poder consultar a base de dados do senado, tinha também uma conexão que o tribunal pagava... até pra poder fazer a consulta do STF... do STJ ou até mesmo a legislação do Senado, era através do Prodasen... e o tribunal atendia as pessoas de fora que faziam pesquisas e eram cobradas... com a internet o teu mundo de busca não é mais só aqui expandiu, só que naquela época a gente atendia x pessoas, hoje em dia são x menos pessoas e o trabalho aumentou. (Informação verbal, 2014).

A segunda categoria investigada foi com relação à **educação ambiental**. O conhecimento que os participantes demonstram ter sobre as questões do meio ambiente e como fazer para garantir às novas gerações condições melhores ou, no mínimo, iguais as dos dias de hoje.

A conversa, então, foi em relação aos princípios sustentáveis praticados no ambiente familiar e a aplicação desses princípios no ambiente de trabalho.

Para Simons (2010, p. 210), “pensar em educação ambiental implica, não somente investir em informação e passiva transmissão de conhecimentos sobre questões ambientais ou sobre a política ambiental da empresa [...]”.

Implica estimular a adoção de comportamentos ecoeficientes que sirvam de exemplo para todos, partindo dos mais altos escalões da empresa; propiciar espaços e tempo para que os empregados sejam estimulados à pensar e discutir questões socioambientais inerentes à sua vida pessoal e profissional, ajudando-os a perceber a estreita relação entre esses dois universos pelos quais transitam e o fato de eles terem condição de assumir o papel de agentes de mudança em qualquer

contexto e situação; deve-se promover a curiosidade e a construção de conhecimento estimulando os empregados a contribuírem com suas sugestões para o melhor desempenho pessoal e da corporação. (SIMONS, 2010, p. 210-211).

A questão proposta foi discorrer sobre as práticas que realiza em casa para poupar o meio ambiente para as gerações futuras. A maioria perguntou se era em relação a “separar lixo seco de orgânico?” E todos foram unânimes em dizer que separam o lixo, mesmo aqueles que ainda não têm em seu bairro a coleta seletiva realizada pela prefeitura.

Nas duas primeiras falas, embora eles não percebam, aparece a preocupação com a poluição, uma das grandes vilãs do ecossistema.

A interlocutora (1) relata que pensa nos recicladores quando seleciona o lixo em sua casa, preocupa-se em facilitar o trabalho daqueles que tiram seu sustento do lixo.

Penso em separar as coisas para que eles não percam... penso no meio ambiente também... tipo planeta. Ajudar a conscientizar as pessoas a cuidar do planeta, porque é onde a gente mora, qualidade da água, da terra e dos produtos [agrícolas]. (Informação verbal, 2014).

O interlocutor (2) relata que pratica a separação do lixo pensando na preservação do meio ambiente e que acha “horrrível” a quantidade de lixo que fica depositado nos leitos dos rios e campos após a época de cheias causadas pelas chuvas.

O que acho de garrafas pet e plástico, e tão lá... poluindo, trancados nos campos. Por isso acho importante separar os lixos e enviar cada um para lugares onde serão tratados adequadamente, evitando que se espalhem pela natureza. (Informação verbal, 2014).

Segundo a Interlocutora 3:

O que eu sei é o que a gente vê na mídia, alguma coisa que tu ouve ali, eu nunca li nada especificamente é só vivência e em casa a gente tenta. Os materiais mais simples de separar são os secos e lá em casa [prédio] a gente tem um tonel grandão, onde a gente coloca todas as embalagens que são secas. Mas a gente não faz uma coisa como deveria ser, ter as lixeiras separadas é muito no “olhômetro”... mas a gente de alguma forma tenta. Na minha rua não tem coleta seletiva... a gente coloca o lixo na rua em dia de coleta urbana e tem umas pessoas que passam e recolhem esse material. (Informação verbal, 2014).

Para o interlocutor (4):

Faço a separação de lixo, evito desperdício de água, tento consertar vazamentos... quando tem torneira pingando troco a borrachinha... fiz revisão na fiação... fios antigos têm perda da resistência, tu acaba gastando mais com consumo, porque a fiação que leva da entrada do apartamento até o aparelho que tu tá usando, não tá adequada. Todas as lâmpadas foram trocadas... só tem um lugar com lâmpada incandescente. Esse tipo de coisa financeiramente compensa, cuidado com o meio ambiente que compensa diretamente no bolso.

Numa visão mais ampla, diminuir o consumo não é algo que qualquer economista recomendaria, eu acho. Tem é que consumir melhor. Quando se reduz o consumo tem um impacto na economia, porque se elas estão gastando mais, elas estão fazendo uma poupança maior. Tem gente que vai perder emprego, e a própria economia começa a ter uma coisa pior que inflação, que é a deflação. Mas a reciclagem é o contrário disso, estão criando novas coisas a partir de algo que já foi consumido, reaproveita aquilo e gera novo consumo e isso impulsiona a economia. (Informação verbal, 2014).

No relato da interlocutora (5), quando fala sobre a separação dos lixos e o destino correto de cada um deles ela destaca que “[...] o lixo é um dos grandes problemas ambientais” e que no passado recente as pessoas não se deram conta disso. “Se os nossos pais não tiveram essa ideia, porque era tudo muito insipiente, a natureza dava tudo e não ia ter problema [...] eu tenho que pensar que isso vai ter consequência pros meus filhos e depois, para meus netos.”

Ainda para a interlocutora (5) outras formas de evitar a degradação da natureza é economizar os recursos que custam dinheiro:

A compra consciente de saber exatamente se tu precisa daquilo, pra não ter gastos dentro do orçamento que depois vai ficar dentro de um armário, ocupando um espaço e depois tu vai descartar isso sem ter utilizado. [...] Energia... eu tenho aquela coisa, se não está na peça, vamos apagar a luz e fazer uso consciente disso e os equipamentos que não estão sendo usados no dia a dia, como DVD, não deixo ligado na tomada, computador que não está sendo usado, desliga a tela, desliga tudo. Na hora de lavar roupa tentar juntar o máximo possível para encher a máquina e não ficar fazendo maquinadas todos os dias. (Informação verbal, 2014).

Interlocutora (6):

Sim...a mãe sempre ensinou que a gente não deve desperdiçar comida e a água também... a água que tu consome tem pagar o que consome e a luz também... a gente sempre teve esse ensinamento de economizar, de não desperdiçar, não botar as coisas fora... de reaproveitar o que pode. [...] A gente sempre teve aquela coisa... de não desperdiçar... e a reciclagem do lixo, separar mesmo que não tenha coleta seletiva de lixo... sempre passa um catador que recolhe. (Informação verbal, 2014).

Segundo Barbieri (2011, p. 5) o planeta Terra vem dando sinais de que já está nos limites de sua capacidade de suportar a humanidade como vem se comportando, comprometendo o próprio futuro do planeta e de todos os seres vivos que nele vivem, inclusive os humanos.

Até agora estávamos falando sobre a aplicação dos princípios sustentáveis no ambiente de casa com a família. E no ambiente de trabalho, com os colegas como as pessoas se relacionam com essas práticas?

A interlocutora (1) concorda que sim, que pensa e pratica os princípios de sustentabilidade da mesma forma que em sua casa:

Eu considero que sim, porque eu... meio que ensinei as gurias que o lixo orgânico é no saco preto e o lixo reciclável no saco azul. Ensinaaram pra gente através do curso de integração de usuários e uma das palestras foi sobre o ECOJUS." Fala, ainda, sobre a reutilização das folhas de papel A4 em seu setor: "Elas [bibliotecárias], podem imprimir um boletim que poderiam ter a opção de passar por e mail, mas a gente também guarda tipo um "recibo" desse trabalho. Depois que a gente fez a gente reutiliza o outro lado em branco ou usa como rascunho. (Informação verbal, 2014).

Segundo o interlocutor (2) a separação dos lixos sempre foi uma prática na biblioteca:

A biblioteca até já fazia, mas isso veio com aquele programa do tribunal... aquele do meio ambiente... que eles têm...ECOJUS. Eles recolhem todo lixo reciclado e separam lá embaixo. Eles chamam o pessoal para palestras sobre reciclagem, eles são bastante efetivos pelo que vejo. [Participas?] Não... (Informação verbal, 2014).

A interlocutora (3) reconhece apenas a prática do reaproveitamento do papel, como forma de reduzir impactos ao meio ambiente: "Percebi em relação às folhas A4 que a gente utiliza para imprimir referências para os usuários... depois as folhas devem ser reaproveitadas, para outra coisa".

Pergunta para interlocutora (3): Sabes o que é o ECOJUS? "Não..."

Interlocutor (4):

Aqui no meu trabalho não tô ligado a essa parte de trocas de lâmpadas... não tenho como... aqui já tá desse jeito. Mas, mesmo que usasse lâmpadas incandescentes eu acho que a estrutura hierárquica dentro do TJ, ela... eu tô muito longe da pessoa que decide que tipo de lâmpada vai se usar... o sistema de reciclagem... aqui esse tipo de coisa já tá todo implantado... não teria novidade. Eu sinto que dificilmente seria uma voz ouvida no processo decisório. (Informação verbal, 2014).

Pergunta para Interlocutor (4): Sabes o que é o ECOJUS? “Não... não sei e nunca procurei saber... e na palestra de apresentação do TJ aos novos servidores, não foi mencionado.”

Para a interlocutora (5) em primeiro lugar lembra-se do reaproveitamento do papel, impressão sempre frente/verso e cita algumas das práticas do SGA do tribunal:

Guardo qualquer pedacinho de papel, para pequenas anotações. Procuo realmente utilizar bastante isso. Ah... mas se realmente o material não é mais reaproveitável... colocar... fazer a separação, porque aqui dentro do tribunal a gente tem aquilo que pode ser colocado em lixo seco pra depois ser reutilizado, ser reciclado e outras coisas eles têm que a gente pode separar materiais que não nos interessam, mas podem ser vendidas e revertidas para um fundo do tribunal. (Informação verbal, 2014).

Interlocutora (6):

O que nós fazemos... a gente reutiliza as folhas que fazem pesquisa o outro lado a gente sempre tenta reutilizar como papel de rascunho vai usando vai cortando como marcador em vez de pegar folha nova cartolina não, faz um marcador com... esse papel a gente ah... procura imprimir só o necessário pra não desperdiçar ah... toner ou alguma outra coisa assim... nós usamos nossas canecas em vez de usar copos descartáveis... a gente tem uma preocupação. Consciência nossa quanto do tribunal que agora tem um setor chamado ECOJUS que tem essa preocupação. (Informação verbal, 2014).

Quando perguntada sobre as visitas e participação do ECOJUS para esclarecimentos de dúvidas ou mesmo sugestões, na biblioteca, respondeu:

Interlocutora (6):

Na realidade as poucas vezes que vieram foi para distribuir cartazes... assim como pra gente fazer a separação do lixo... no informativo semanal sempre tem uma dica. Chegar em cada setor pra ver como o setor trabalha o que poderia melhorar... NÃO. (Informação verbal, 2014).

Na terceira categoria as questões estão relacionadas ao conhecimento e apropriação dos funcionários com as práticas recomendadas pelo SGA para **economia e melhor aproveitamento dos recursos** utilizados para realização das tarefas diárias.

A pergunta foi “quais são as formas de economia de recursos naturais e materiais identificas na biblioteca?” E, “além dessas conheces outras que são utilizadas por outras unidades?”.

Recurso ou insumo designa um bem ou serviço utilizado na produção de outro bem ou serviço. Inclui cada um dos elementos (matérias-primas, bens intermediários, uso de equipamentos, capital, horas de trabalho etc.) necessários para produzir mercadorias ou serviços.

Os recursos naturais são bens e serviços originais ou primários dos quais todos os outros dependem. Assim, pode-se dizer que produzir é converter ou transformar bens e serviços naturais para satisfazer as necessidades e desejos humanos. (BARBIERI, 2011, p. 5)

Como forma de economia de recursos disponíveis para realização dos serviços a interlocutora (1) relata, que além da reutilização do papel, as pessoas do seu setor se preocupam com os materiais eletrônicos:

Ali onde eu trabalho eles são bem conscientes... do tipo, desligar a tela do computador ou se parou de utilizar o local de trabalho... desligar todos computadores... de noite nada fica ligado, impressoras, computadores, digitalizadora... nada, nem no final de semana. (Informação verbal, 2014).

O interlocutor (2) respondeu: *“Não... quanto a isso eu não sei...”* Então, foi repetida a pergunta sobre economia dos recursos necessários para realização dos serviços como os materiais, equipamentos, energia, água...

A central de controle do prédio é responsável por acender e apagar as luzes. [...] A medida que as salas vão esvaziando as luzes vão sendo apagadas. Não somos nós que controlamos a luz, é a central. Não tem aqui chave de acende/apaga... só nos banheiros. Na ASJ (Associação dos Servidores da Justiça), tudo funciona assim... desce do elevador a lâmpada acende em função do sensor de presença. Inclusive na sede campestre eles estão fazendo isso. À noite quando tem festa, tu te aproxima de um determinado ponto... as luzes acendem... a única instituição que conheço que está fazendo isso, inclusive eles estão com aquecedor solar na piscina. (Informação verbal, 2014).

A interlocutora (3) citou como forma de economia de recursos:

As torneiras dos banheiros são aquelas que tu aperta... vai tirar uma quantidade de água e se tu quiser mais... tu vai ali e aciona ela mais uma vez. As luzes têm que ficar acesas mesmo... não tem como deixar apagadas, senão fica meia luz. Desligar computadores... impressoras... Conheço uma empresa onde a nova sede foi projetada para reaproveitar os recursos. Com placas solares e também um local onde se reaproveita a água da chuva e as lâmpadas... eles têm todo um manual de instruções, postura, ética... existe um treinamento... existe uma cultura dentro da empresa de se preservar... imprimir menos papéis, tentar o máximo não imprimir... modelos de contratos online... é como o cliente visualiza o seu contrato... o prédio foi construído pensando na renovação de energia...

com placas... não é toda energia que utilizam dessas placas. (Informação verbal, 2014).

O interlocutor (4) destacou formas de economia e também desperdício dos materiais de expediente:

Como economia de recursos naturais aqui na biblioteca... a única coisa que eu vejo é o sistema de desligamento das lâmpadas depois do expediente... o papel que se utiliza costuma ser o reciclado... que poderia ser usado para nossas pesquisas... que a gente imprime no balcão... poderia ser usado dupla face, mas os perfis das impressoras estão configurados para usar só um lado da folha... podia ser usado dos dois lados. Além do que é inerente ao próprio tribunal... a escolha pelas lâmpadas ecologicamente corretas e o recolhimento e separação do lixo. Usar uma folha pra imprimir uma pesquisa que poderia ser vista numa tela de computador... se a pessoa que vai... pra quem vai ser mostrado... ela poderia ter um computador para ela fazer a pesquisa e ver aquilo... não precisa ser impresso essa pesquisa. Por um lado gastaria com um computador e uma tela... gastaria energia... mas provavelmente seria uma atitude mais ecológica do que imprimir uma nova página a cada pesquisa. (Informação verbal, 2014).

Pergunta para interlocutor (4): E outras formas de economia em outras unidades?

Não... todas adotam as mesmas práticas de trocar equipamentos de iluminação... reciclagem do material de lixo... nenhuma onde se destaca a consciência ecológica, não... sempre é o quesito financeiro que está em jogo, tipo o papel que não nos interessa mais... ao invés de descartar no lixo normal e jogar no lixão... a gente pode juntar, acumular, chamar uma empresa de reciclagem e vender pra ela". (Informação verbal, 2014).

Para a interlocutora (5), assim como foram incluídas no projeto inicial do novo prédio do TJRS, as torneiras temporizadas, também poderiam ter pensado numa maneira autônoma para que cada unidade pudesse controlar o uso ou não, de determinadas lâmpadas:

Dentro dos ambientes de trabalho deveriam ter tomadas de luz [interruptor]... nós não temos tomadas dentro da biblioteca... então, se a gente for pensar... essa é uma área que a gente tá cercada de janelas com iluminação natural... claro num dia de inverno... um dia nublado... fica mais escuro e precisa de luz artificial, mas eu poderia acender a luz. Eu tô num ambiente que se a gente olhar tem mais de vinte lâmpadas acesas e que não precisaria... eu poderia ter uma ou duas. Então... um prédio inteligente vai ter várias janelas e aproveitamento da luz natural, mas eu não tenho como apagar a luz artificial. (Informação verbal, 2014).

Interlocutora (6):

Sim tanto é que esse lixo [...] só uso para coisa reciclável. Eu jamais ponho uma casca... um alimento... não como aqui vou comer na copa pra botar no lixo de lá. De água... a própria instituição já trocou as torneiras e colocou aquelas com controle... de luz a única coisa que a gente pode fazer é que quando chega o horário de verão... a gente chama os rapazes para desligarem, onde não tem mesa de trabalho... toda aquela extensão [próximo às janelas]... a gente pede pra desligar, que como... são controles grandes e ficam lá embaixo... não posso chegar e ligar ou desligar o que não estou usando. Quando o tribunal foi projetado... são grandes áreas... aqui de luz... então, ah... a gente faz... não tem nenhuma chave pra desligar, não... tem que chamar o rapaz da elétrica e em cada lâmpada ele desconecta para poder economizar energia. É isso que a gente pode fazer por aqui. Eu peço, também para começarem a desligar mais cedo esta parte do meio, se a gente fica trabalhando um pouco mais e ali já ir desligando logo e apagando no horário que a gente sai. São coisas mínimas... a gente não tem possibilidade. (Informação verbal, 2014).

Pergunto então, se não há uma alternativa para seleção de artigos que não seja imprimindo as referências?

Para pré-seleção de artigos? : É que... tem pessoas que têm dificuldade de ficar lendo na tela... quem vem de casa... vem com tudo anotado... se tu imprime o que vai pra cesta... se é livro tem que ter ali, porque tem a informação... agora, se é só periódico mandar imprimir só a referência bibliográfica já tem... a informação fica menor... tu gasta menos papel e menos tinta... mas quando o pessoal faz uma pré-seleção... agora se é um livro ou dois a gente só olha na tela... a gente vai na estante e pega... olha o número ou anota em um papelzinho e vai lá... a gente não imprime tudo... só se imprime quando a pesquisa é maior. Não tem computadores suficientes... e se colocassem totens aqui, a pessoa ia ficar muito tempo... não funciona porque ela acaba sempre querendo imprimir para visualizar melhor. Claro que o ideal é tentar racionalizar... fazer com que os computadores gastem cada vez menos energia, mas a própria indústria tem que investir em cima... até o dia em que todos estejam com o mesmo pensamento de economizar e gastar o mínimo possível de recursos... a indústria de um modo geral... de eletrônicos... estão fazendo com que os eletrônicos tenham uma vida útil cada vez menor para que tu possa comprar, o problema é onde que tu vai botar fora...

Os documentos de biblioteca gerados de maneira eletrônica... se tinha alguma coisa guardada em disquete... ninguém mais lê... e quando faz a migração de um suporte eletrônico pra outro ninguém te garante que tu vais manter a integridade total do material... tu pode perder alguns resultados... e o papel... querendo ou não tá ali... tu consegue ainda ler e tu não perdeu nada. Trocou ortografia, mas com o passar do tempo tu consegue ler porque é o olho humano que vai passar ali... agora a tecnologia... a gente não sabe se quando for migrado a totalidade dos documentos estarão ali. (Informação verbal, 2014).

Pergunta para interlocutora (6): E outras formas de economia em outras unidades? “Eu não conheço nenhuma... todo mundo... em maior ou menor grau... tá

tentando economizar, até porque envolve custos... então, todo mundo quer reduzir custos e otimizar, mas alguma... criada especialmente para isso... não”.

Inserir educação ambiental na cultura da empresa muitas vezes esbarra em fatores como conciliar tempo, diversidade de perfis, de funções, alta rotatividade de profissionais, serviços que não podem parar, entre outros.

Porém, segundo Simons (2010), estes entraves podem ser superados, principalmente nos modelos já instituídos, manter a união do grupo em um esforço conjunto de persistência e paciência, de solidariedade, de abertura ao novo e de tolerância ao diferente, garantir a formação de colaboradores engajados, atentos aos problemas e capazes de apontar soluções para melhor realização dos serviços em sua unidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram abordados conceitos e práticas sobre gestão ambiental e educação ambiental na organização de uma empresa e o reflexo nas tarefas diárias de uma biblioteca jurídica.

A preocupação com as questões do meio ambiente não é recente, mas foi nas últimas décadas do século XX que os governos de muitos países e a sociedade civil se organizaram para debater sobre esse assunto.

A gestão ambiental empresarial foi a solução encontrada pelas empresas, de minimizarem os problemas ambientais causados, passando assim, a considerar o meio ambiente em suas decisões administrativas e tecnológicas, contribuindo com a capacidade de suporte do planeta.

Para gerenciar as atividades que vão garantir à empresa sua participação na gestão ambiental local, cria-se o sistema de gestão ambiental (SGA), um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas, que vão abordar os problemas ambientais que assombram no momento ou evitar o seu surgimento futuro.

O SGA do Tribunal de Justiça criado em 2008, corresponde aos modelos mais tradicionais que se encontra na literatura na área de gestão. Compreende a documentação, que é um requisito importante para qualquer sistema de gestão, e não seria diferente com a gestão ambiental. Os documentos disponíveis para consulta são o escopo do Programa de Gestão Ambiental, a Política Ambiental Institucional do Poder Judiciário e o Manual de Tratamento de Resíduos Sólidos.

O cuidado com os resíduos sólidos é um ponto muito significativo na política ambiental do Tribunal, os lixos são recolhidos separadamente pela equipe de limpeza e encaminhados para o setor encarregado de fazer uma nova seleção antes do destino final. As equipes de manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos são eficientes e pontuais.

O senão em relação ao SGA, diz respeito à negligência à ferramenta mais importante para qualquer sistema de gestão, o recurso humano. Através das entrevistas pode-se constatar que nem todos os interlocutores reconhecem a existência de uma política que orienta as ações de gestão ambiental na empresa. O mais significativo é que este órgão não monitora as atividades nem coleta informações nos departamentos, a fim de verificar o alcance de objetivos e metas.

A educação ambiental, como todas as outras atividades da administração, deve estar inserida na cultura da organização e também influenciar todos os membros dessa organização através de normas, valores, atitudes e expectativas que devem ser compartilhados.

Nesta pesquisa fica evidente que a empresa valoriza muito pouco a participação dos funcionários nos programas educacionais, quando não oferece a efetiva inclusão da educação ambiental como instrumento da gestão ambiental. As atividades de cursos e treinamento são limitadas e bem pontuais, geralmente acontecem na semana do meio ambiente, e se resumem a palestras, mostra de trabalhos com material reciclável e artigos no informativo *online*.

Para maior eficiência os veículos internos de comunicação poderiam ser aproveitados não apenas para informar, mas principalmente para aproximar e integrar os servidores aos objetivos da empresa, numa permanente relação de troca entre a empresa e o empregado.

Inserir educação ambiental no ambiente da empresa significa bem mais que transferir conhecimento e técnica, pois as pessoas têm diferentes compreensões e atitudes sobre as questões do meio ambiente. Segundo Barcelos (2008, p.54), há muitos pontos de divergência e disputa entre as diferentes compreensões que as pessoas têm sobre as questões do meio ambiente. Não basta ter consciência do que é ou não correto a ser feito, é mais que isso, é necessário trabalhar em conjunto para desenvolver valores como a solidariedade, a cooperação, a participação, a responsabilidade, o cuidado, o reconhecimento do outro e aceitação de sua singularidade.

Talvez por distinguir-se dos outros departamentos da instituição, na forma de pensar e realizar serviços, a equipe de funcionários da biblioteca criou uma cultura coesa para gerenciar os seus problemas. Realizando tarefas baseadas em um modelo a ser reproduzido, um formato que sempre deu certo, que une e mantém juntos os membros da organização. Na área de gestão chama-se cultura integradora. Uma maneira de criar um consenso entre as pessoas que compartilham das mesmas crenças e valores, em função de terem vivenciado e encontrado soluções para os problemas de integração na organização.

Pensar questões ambientais na biblioteca é uma prática que não vai além daquelas instruções que já estão entalhadas no discurso dos funcionários, reaproveitar e reciclar. Reduzir, conter os gastos com a adoção de práticas que

gerem economia dos recursos públicos, é uma das metas do sistema de gestão ambiental, mas não é uma prática no departamento.

É preciso a organização ousar e inovar o seu modelo de gestão ambiental e encontrar soluções para introduzir a efetiva educação ambiental como cultura, em sua corporação. Entender a educação ambiental como importante ferramenta de empoderamento do funcionário para o exercício da cidadania com o meio ambiente, começando no ambiente interno de trabalho e espalhando para o externo. Investir em equipe técnica interna de educação ambiental e de consultores externos, no envolvimento de todos os setores, de forma integrada e regular, entre outras, implicando ganhos econômicos e ao cumprimento com a responsabilidade social.

A biblioteca, como qualquer outro empreendimento, é consumidora de recursos naturais e insumos, sendo assim, geradora de poluição e, portanto, deve ser orientada por ferramentas de gestão que possam reduzir ou até eliminar os efeitos danosos ao ambiente natural. Nesse contexto e diante da diversidade de cenários das bibliotecas, vale a pena lembrar que a problemática ambiental não é apenas uma crise ambiental, é uma questão a ser pensada e entendida culturalmente. As bibliotecas através de sua dimensão educativa podem ser consideradas excelentes canais de disseminação de educação, informação e consciência para os problemas do meio ambiente, através de práticas conscientes de redução e uso consciente dos recursos naturais e materiais.

A educação ambiental como importante instrumento da GA que tenta despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Trabalha com valores, conhecimentos, atitudes, ética e desenvolve a participação coletiva da sociedade para a melhor qualidade de vida. Responsabilidade da sociedade como um todo: dos governos, das instituições públicas e privadas, das instituições educativas, dos meios de comunicação, enfim de toda humanidade.

É essencial que a EA esteja permanentemente presente na vida das pessoas como processo de disseminação de conhecimentos, voltado para a conservação do meio ambiente. Dois são os tipos de educação ambiental, a formal e não formal. A educação formal é aquela que deve estar presente nos currículos educacionais de todos os níveis de ensino, públicos e privados, e a não formal, se refere às ações e práticas educativas, apreendidas espontaneamente, voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Apesar de a EA fazer parte dos currículos educacionais das unidades de ensino, na academia não é comum debates sobre estas questões, a não ser em cursos que estejam ligados ao meio ambiente. Mais uma vez é preciso lembrar que todos seres humanos são integrantes e dependentes da natureza. Portanto é necessário mudar esse quadro socioambiental e efetivamente incluir em todos cursos o tema Gestão Ambiental e a problemática da sustentabilidade. Assumir um papel na reflexão sobre as alternativas para um desenvolvimento responsável e equilibrado.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR ISO 14001**. Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. 2 ed. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2014.
- ARRUDA, Rosângela Galon. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 5, n. ½, p. 28-41, jan./dez. 2009.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2007a.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.
- BARBIERI, José Carlos. Organizações inovadoras e sustentáveis. In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, M. A. (Org.). **Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007b. p. 85-108.
- BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. In: **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. 2. ed., rev. ampl. São Paulo, SP: SENAC, 2010. p. 15-43
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.
- BRASIL. **Diário Oficial**. Brasília, DF: MEC, 28 abr. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2014
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade socioambiental**. Agenda 21. Brasília, DF, 22 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 5 maio 2014.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

COPETTI, Geri Oilson. **Práticas de gestão ambiental para um escritório de advocacia**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72216>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

FERREIRA, Patrícia Helena do E. Lucena; MELO, Denise Gomes Pereira de. Biblioteca da Procuradoria da República no Estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica. **Biblionline**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/Carmen/Downloads/Biblionline-2\(1\)2006-biblioteca_da_procuradoria_da_republica_no_estado_da_paraiba_um_espaco_aglutinador_de_informacao_juridica%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Carmen/Downloads/Biblionline-2(1)2006-biblioteca_da_procuradoria_da_republica_no_estado_da_paraiba_um_espaco_aglutinador_de_informacao_juridica%20(5).pdf)>. Acesso em: 16 maio 2014.

FIGUEIREDO, M.A.G. **O uso de indicadores ambientais no acompanhamento nos sistemas de gerenciamento ambiental**. Belo Horizonte, vol.6, nº1, p.33-34. Jul.1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAJEW, Oded. O que é (e o que não é) sustentabilidade. **Instituto Ethos**, São Paulo, 8 maio 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-e-e-o-que-nao-e-sustentabilidade/#.VIRQIbstDIU>>. Acesso em: 16 maio 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 6. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOURES, Rodrigo Costa da Rocha. **Sustentabilidade XXI: educar e inovar sob uma nova consciência**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. A (in)sustentabilidade do discurso da educação para o desenvolvimento sustentável do banco mundial. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.9, n.2, p.20-30, jun. 2008. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php>. Acesso em: 5 maio 2014.

ONU BR. **A ONU e o meio ambiente**. Nações Unidas, 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>> Acesso em: 30 abr. 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. **História do Poder Judiciário**. Porto Alegre, 2010a. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/historia_poder_judiciario/>. Acesso em : 5 abr. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. **Sistema de Gestão Ambiental - SGA-JUS**. Porto Alegre, 2010b. Disponível em: < <http://www.tjrs.jus.br/site/administracao/ecojus/>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente, Gestão Ambiental, **Cadernos de Educação Ambiental**, São Paulo: SMA, 2011. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/category/cadernos-de-educacao-ambiental/page/2/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

SCHOSSLER, Giovana Beatriz; MORIGI, Valdir José. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo na empresa florestal de alimentos S.A. em Lajeado, RS. In: **Destaques Acadêmicos**, Lajeado v. 3, n. 1 (2011), p. 17-25 Disponível em: <<http://www.univates.br/files/files/univates/editora/revistas/destaquesacademicos/ano3n1/Artigo2.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

SIMONS, Mônica Osório. Educação ambiental na empresa: mudando uma cultura. In: **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. 2. ed., rev. ampl. São Paulo, SP: SENAC, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16. ed. São Paulo : Cortez: Autores Associados, 2008.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, 2005 – 2015**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, 2005. Apresenta textos sobre os Projetos da UNESCO. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2014.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14.000**. 5. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO A - Termo de Consentimento Informado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Eu.....
abaixo assinado(a), autorizo **Carmen Regina Lima de Mendonça Araujo**,
graduanda em **Biblioteconomia**, pela Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS), a
utilizar as informações por mim prestadas, exclusivamente para a elaboração de seu
Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **GESTÃO AMBIENTAL E
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estudo de caso em biblioteca**, tendo como orientadora
da pesquisa a Professora Dra. **Jeniffer Alves Cuty**.

Porto Alegre, de de 2014.

Assinatura do entrevistado

Carmen Regina Lima de Mendonça Araujo
crlima.araujo@gmail.com
fone: 9248.8185